



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS PARACURU

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Paracuru - Ceará
setembro/2024

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação
Camilo Sobreira de Santana

Secretária-Executiva
Izolda Cela

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Marcelo Bregagnoli

Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica
Patrícia Barcelos

Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação
Profissional e Tecnológica
Marcilene Garcia de Souza

Coordenadora da Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT e do
Curso de Pós-Graduação (*lato sensu*) em Docência na EPT
Simone Medeiros

Equipe Técnica da CGPA
Flávia Helena Saraiva Xerez
Luciano Barbosa Chagas
Simone Medeiros

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
(Capes)
Denise Pires de Carvalho

Diretora de Educação a Distância
Suzana dos Santos Gomes

Coordenação-Geral de Articulação de Programas e Cursos EaD
Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação de Programas e Cursos EaD
Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e Monitoramento em EaD
Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação-Geral de Apoio Financeiro a Programas e Cursos EaD
Bruno Teles Nunes

Coordenação de Execução e Acompanhamento Financeiro
Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão e Monitoramento de Bolsas
Cid Luiz Carvalho de Medeiros

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica
Ana Lúcia Sarmiento Henrique
Lucília Regina de Souza Machado
Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Coordenadores/as do Projeto Recursos Educacionais Digitais para Formação Profissional e Tecnológica na Contemporaneidade do Prosa/Lantec/UFSC
Marcelo Gules Borges
Elizandro Maurício Brick
Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Coordenadora de Educação Profissional e Tecnológica
Lucília Regina de Souza Machado

Colaboradora da Setec/MEC
Simone Medeiros

Colaboradores/as do Prosa/Lantec/UFSC
Cristiane Dall' Cortivo Lebler
Diego França Vieira
Elizandro Maurício Brick
Francisco Fernandes Soares Neto
Jorge Lucas Simões Minella
Laura Alves
Leandro Peres de Oliveira
Marcelo Gules Borges
Valquíria Machado Cardoso Weiss

Elaboração da Versão de Implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica na/no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

Reitor

José Wally Mendonça Menezes

Pró-Reitor de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-Reitor Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Joélia Marques de Carvalho

Pró-Reitor de Extensão

Ana Claudia Uchoa Araujo

Diretor do Centro de Referência em Educação a Distância

Igor de Moraes Paim

Comissão de atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica do IFCE

Marly dos Santos Alves

Sinara Socorro Duarte Rocha

Manoel Paiva de Araújo Neto

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	6
1.1 Identificação da Instituição.....	7
1.2 Identificação do curso.....	7
2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	9
2.1 O IFCE Paracuru.....	11
3 JUSTIFICATIVA PARA CRIAÇÃO DO CURSO.....	12
4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	17
5 OBJETIVOS.....	20
5.1 Objetivo geral.....	20
5.2 Objetivos específicos.....	20
6 FORMAS DE INGRESSO.....	20
7 PÚBLICO ALVO.....	21
8 ÁREA DE ATUAÇÃO.....	21
9 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	22
10 METODOLOGIA.....	23
10.1 Materiais didáticos.....	26
10.2 Princípios pedagógicos.....	27
10.3 Desligamento e reingresso no curso.....	29
11 MATRIZ CURRICULAR.....	30
12. FLUXOGRAMA DO CURSO.....	31
13. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	31
14 APOIO DISCENTE.....	34
15 INFRAESTRUTURA.....	35
15.1 Infraestrutura digital.....	35
15.2 Os núcleos de tecnologias educacionais e educação a distância.....	35
15.3 Biblioteca Virtual.....	37
15.4 Estrutura física do IFCE Campus Paracuru.....	39
16 ESTÁGIO.....	39
17 AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO.....	40
18 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	40
18.1 Sobre o Relatório Técnico Conclusivo.....	43
19 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI DO CURSO.....	47
19.1 NAPNE - Núcleo de Atendimento a pessoas com necessidades educativas específicas.....	47
19.2 NEABI.....	49
20 Equipe Multidisciplinar envolvida no curso.....	49
20.1 Corpo Docente.....	49
20.2 Coordenação do curso.....	52
20.3 Corpo técnico administrativo.....	53
20.4 Colegiado.....	54

21 EMISSÃO DO DIPLOMA..... 54
22 REFERÊNCIAS..... 55

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tem entre seus objetivos ministrar em nível de educação superior, cursos de licenciatura, com vistas à formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e Matemática, bem como a oferta de cursos na e para a educação profissional; além de buscar potencializar as competências humanas contribuindo desse modo, para uma formação crítica, sem perder o entendimento das deficiências e dificuldades inerentes ao processo educativo.

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de educação a distância, incluído na área de Educação, código 70800006, e na subárea Ensino Profissionalizante, código 70807078, da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o Decreto nº 8.752/2016, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Além disso, a oferta do curso responde ao que estabelece a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que assegura aos/às professores/as graduados/as, não licenciados/as, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles/as aprovados/as em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação lato sensu de caráter pedagógico.

1.1 Identificação da Instituição

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - campus Paracuru		
CNPJ Nº 10.744.098/0029-46		
Endereço: CE 341, Km 2 , Bairro Novo Paracuru		
Cidade: Paracuru	UF: CE	Fone: 34012210
Página Institucional na internet: www.ifce.edu.br/paracuru		
Email institucional: de.paracuru@ifce.edu.br .		

1.2 Identificação do curso

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante				
UA Responsável	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - campus Paracuru e-mail: gabinete.paracuru@ifce.edu.br Código da IES no INEP: 23265345 Representante legal: Toivi Masih Neto				
Carga Horária Total	360h	Duração (Meses)	18 meses	Nº vagas	300
Modalidade	Educação a distância				
Periodicidade da oferta	Eventual				
Título a ser conferido	Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica				
Forma de ingresso	Seleção pública				
Sistema de organização	Modular. Núcleo Comum, Núcleo Específico e TCC. Subdivisão em módulos e unidades temáticas.				
Sistema de créditos	1 crédito = 20 horas				

Instituições parceiras	De acordo com o especificado em Plano de Trabalho para cada oferta.
Polos	De acordo com o especificado em Plano de Trabalho para cada oferta.
Público-alvo	Profissionais portadores de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo preferencialmente bacharéis/bacharelas e/ou tecnólogos/as que atuam ou pretendem atuar na EPT, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica.
Início da oferta	agosto de 2022

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Rede Federal de Ensino possui raízes centenárias na história do Brasil. Desde o presidente Nilo Peçanha, no início do século XX, que se construiu os alicerces – naquela época como ferramenta política específica para classes menos favorecidas – do que hoje se constitui em uma organização política das instituições federais de educação profissional e tecnológica. A rede é regulamentada pela Lei 11.892/2008, vinculada ao Ministério da Educação, dotado de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar.

Os atuais Institutos Federais figuram como instituições que ofertam a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando/qualificando cidadãos para que atuem de maneira significativa em qualquer ramo para o qual se proponham, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. São, portanto, centros de excelência que lecionam desde o ensino técnico de nível médio até a pós-graduação, no desenvolvimento de programas de extensão, divulgação científica e tecnológica, além de realizar e estimular a pesquisa aplicada e até a produção cultural.

No Ceará, especificamente, a instituição possui 108 anos de história em sua busca pela qualificação profissional, técnica e tecnológica, tendo sua origem em 1909 com a Escola de Aprendizes Artífices. Diferentes nomes foram assumidos ao longo de sua história, a citar: Liceu Industrial do Ceará (1941), Escola Técnica Federal do Ceará (1968), Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (1994) e, finalmente, Instituto Federal do Ceará (2008).

O Instituto Federal do Ceará conta com 35 unidades espalhadas por todas as regiões do estado, entre elas: Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Mombaça, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Polo de Inovação Fortaleza, Quixadá, Reitoria, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

Alinhado a tal diretriz, o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), possui a missão de produzir, disseminar e aplicar os

conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

O IFCE, amparado pela legislação, reconhece a importância estratégica do uso das TIC como apoio e enriquecimento do ensino presencial e da modalidade a distância para expansão do ensino, ampliação do acesso e sua democratização. Para tanto, vem empenhando esforços, a fim de assumir o desafio e consolidar-se como centro de excelência em EAD, com o objetivo de levar a educação onde for necessário.

Nesse ensejo, a área de EaD do IFCE tem como objetivos:

- implementar, acompanhar e avaliar políticas, programas e projetos institucionais para a modalidade de ensino a distância e presencial, apoiados por tecnologias digitais;
- garantir as condições didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas e
- garantir equânime tratamento de carga horária da atuação docente nas atividades de ensino a distância e presencial(PPI/IFCE,2018).

Destinados a quem já concluiu o Ensino Médio, são ofertados cursos a distância em 16 campi do IFCE: curso técnico em administração; curso técnico em informática para web; curso técnico em eventos; curso técnico em secretaria escolar; curso técnico em serviços de restaurante e bar, curso técnico em secretaria escolar. Com previsão de oferta dos cursos técnico em meio ambiente e técnico em desenho de construção civil.

No que se refere à política interna o PDI do IFCE (2019-2023) deixa bem claro que a “EaD é um projeto estratégico” (p.65) sendo de responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). No PDI há projeção que todos os campi tenham um núcleo de educação a distância para dar suporte às atividades didáticas. Como meta a ser alcançada cita que 25% do corpo docente assuma alguma disciplina na modalidade a distância.

O plano de metas do IFCE Paracuru (2020-2023) tem como objetivo aumentar em 20% a taxa de matrículas em cursos de licenciatura ou programas de formação pedagógica (presencial e a distância) atendendo a normativa 11892/2008.

2.1 O IFCE Paracuru

O IFCE - campus Paracuru está localizado na CE 341, Km 2, no Bairro novo Paracuru, a uma distância de cerca de 80 km da capital cearense. Tem infraestrutura dotada de salas de aula, laboratórios básicos e específicos para os cursos em oferta, sala de videoconferência, auditório, espaço de convivência e biblioteca, área para práticas desportivas.

O IFCE Campus Paracuru tem buscado em seu fazer uma adequação coerente das ofertas de ensino, pesquisa e extensão às necessidades locais. Atualmente possui os cursos técnicos em Meio Ambiente e Redes de Computadores, Informática para Web e Secretaria Escolar e os cursos superiores de Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnologia em Gestão Ambiental, além dos cursos de Formação Inicial e Continuada(FIC), especialmente nos eixos de Desenvolvimento Educacional e Social, e Informação e Comunicação, com a oferta dos cursos de LIBRAS Básico, LIBRAS Intermediário, Inglês Básico, Canto Coral, Teclado e Piano, Violão Básico, dentre outros cursos.

Os cursos presenciais em seus diferentes níveis e eixos buscam atender as demandas da comunidade local e ser uma opção de ensino público, gratuito e de qualidade socialmente referenciada para a população da região e circunvizinhança, proporcionando oportunidades educacionais e, por consequência, a melhoria das condições sociais e econômicas de sua população.

No que diz respeito à EaD, em 2022, tivemos a primeira oferta do referido curso na modalidade a distância com a especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica em parceria com a SETEC-MEC. A oferta inicial foi de 300 vagas, em seis polos do estado do Ceará: Beberibe, Caucaia, Itarema, Itapipoca, Orós e Ubajara, tendo cerca de 210 concludentes, totalizando 70% por cento de conclusão. Houve uma procura de 1500 pessoas por este curso, o que demonstra o crescimento e interesse da população por essa modalidade na região norte do Ceará.

A nível de graduação foi ofertado em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o curso de Licenciatura em Matemática em 12 polos distribuídos pelo Estado do Ceará. Já os cursos de Pós-Graduação é ofertado o curso de Tecnologias Educacionais pelo IFCE Maranguape e Especialização em docência

para a educação profissional e tecnológica, ambos ofertados através do Edital nº 9/2022 CAPES/UAB.

Com o objetivo de ampliar a oferta de cursos na modalidade a distância, no primeiro semestre de 2023, tivemos a primeira turma do curso Técnico em Informática para Web, em parceria com o Ministério do Exército, com oferta de 30 vagas.

No segundo semestre de 2023 tivemos a primeira oferta pública do curso Técnico em Secretaria Escolar também na modalidade EAD, com 50 vagas destinadas às pessoas que concluíram o ensino médio. No segundo semestre de 2024 teremos a oferta dos cursos Técnicos em Informática para Web e Técnico em Secretaria Escolar.

3 JUSTIFICATIVA PARA CRIAÇÃO DO CURSO

A nível nacional, são diversas as razões pelas quais se justifica a oferta de um Curso de Pós-Graduação lato sensu dedicado à formação continuada em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Uma das justificativas que reforça sua oferta está previsto na Resolução CNE/CP Nº 1 de 5 de janeiro de 2021, onde o artigo 56 vem destacando que para o exercício do magistério nos cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação, o docente deve possuir a formação acadêmica exigida para o nível superior, nos termos do art. 66 da Lei 9.394/1996 (BRASIL, 2021).

Cabendo aos sistemas de ensino organizar parcerias e cooperação com o Ministério da Educação e instituições e redes de ensino superior, bem como em instituições e redes de ensino especializadas para a Educação Profissional e Tecnológica para oferta de cursos voltados para essa formação.

Outra justificativa local está no Ceará. Segundo dados da SEDUC até 2022, somente na rede pública estadual temos cerca de 730 escolas, todas aderindo ao Novo Ensino Médio com itinerário formativo profissionalizante. Desse total, 122 são de Educação Profissional e 155 de Escolas de Ensino Médio Regular em Tempo Integral (EEMTIs), e compõem o Tempo Integral no Ceará. As escolas profissionais ofertam 52 cursos técnicos para 98 municípios cearenses na Capital e no Interior.

Considerando apenas a oferta de cursos técnicos no Ceará, estima-se haver mais de dois mil professores em atividade na Educação Profissional (EP), sem qualquer formação pedagógica, somando-se a rede federal, estadual e privada. É sabido que a vocação legal dos Institutos Federais é a formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica e o crescimento da demanda estadual dessa formação devido ao advento do novo ensino médio criado pela Lei 13415 de 2017¹, constata-se premente e plausível justificativa para essa oferta.

Devem-se considerar as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica, sua condição de modalidade de educação escolar com características próprias, constituídas por processos previamente planejados destinados a desenvolver capacidades de trabalho e a favorecer a produção de bens e serviços.

De modo geral, as capacidades humanas de trabalho são formadas no contexto das relações sociais nas quais os sujeitos estão envolvidos. Essa modalidade educacional se torna específica quando esses processos são intencionalmente pensados e materializados visando ao desenvolvimento dessas capacidades.

Essas práticas intencionalmente pensadas para o desenvolvimento de capacidades de trabalho têm história, instituições próprias, finalidades particulares de acordo com as premissas que seus formuladores assumem, público diferenciado, estratégias variadas e diversas formas de serem avaliadas.

Por isso, é necessária uma formação desse tipo, proposta por este projeto político-pedagógico, para que os profissionais das práticas educativas da Educação Profissional e Tecnológica possam reconhecer essas especificidades visando a um planejamento coerente e a proveitos efetivos.

A docência na Educação Profissional e Tecnológica compreende a articulação dos saberes específicos de cada eixo tecnológico e, caso contenham, suas áreas tecnológicas, com saberes didáticos, amalgamados por uma atitude crítico-reflexiva e orientados por uma finalidade de transformação da condição humana.

Alguns dilemas característicos do exercício da docência nessa modalidade educacional são premissas para um curso dessa natureza. Em primeiro lugar, ser

¹ Com o advento do novo ensino médio, pela Lei 13.415/2017, foram definidos itinerários formativos, especialmente o quinto itinerário "Formação técnica e profissional", o que contribui para a maior a demanda por docentes da EP deverá crescer enormemente.

evidência de uma política educacional efetivamente interessada na valorização do magistério e dos/as professores/as, considerando, sobretudo, a diversidade da formação inicial daqueles/as já atuantes nessa modalidade educacional ou motivados/as em fazê-lo.

Nesse contingente, há graduados e graduadas provindos/as de cursos superiores de tecnologia e de bacharelados sem nenhuma ou com pouca formação pedagógica. Há também egressos/as de cursos de licenciaturas que, a despeito da formação destinada à docência, não tiveram oportunidade de conhecer, minimamente, o campo da Educação Profissional e Tecnológica, suas questões políticas e do ensinar e do aprender.

Não faltam aqueles/as que, por diversos motivos, encontram-se nessa docência apenas por razões extrínsecas a ela, como, por exemplo, a oportunidade de auferir ganhos salariais complementares aos obtidos em atividade profissional que consideram como a principal, chegando até uns e outros a não se identificar como professores.

Há outros/as que, ocupados/as em outras atividades, se sentem mais implicados/as no trabalho docente, mas nele veem apenas algo como um prolongamento das atividades que realizam nessas outras esferas, convencidos/as de que a Educação Profissional e Tecnológica tem por função precípua ser um braço das empresas e do chamado setor produtivo.

Assim, pode-se dizer que a discussão sobre o trabalho e o papel do/a professor/a na Educação Profissional e Tecnológica se coloca como de grande seriedade e importância, e, nesses termos, como a justificativa primordial para a oferta de um curso de pós-graduação lato sensu em docência nessa modalidade educacional. Ressalte-se, também, como motivo fundamental para tanto, o grande interesse em cursá-lo por muitos/as nela já atuantes ou com vistas a fazê-lo.

Tal propósito concerne, sobretudo, a oferecer contribuições relevantes para a aquisição ou para o aprofundamento de conhecimentos pedagógicos e à melhor estruturação da atividade docente, condições fundamentais à efetivação da Educação Profissional e Tecnológica socialmente referenciada e dos processos de ensino-aprendizagem comprometidos com a produção de novos conhecimentos e com o aprimoramento das relações da escola com a sociedade.

Isso porque se entende ser fundamental o investimento do/a docente da Educação Profissional e Tecnológica em seu desenvolvimento profissional, na sua

permanente atualização em conhecimentos pedagógicos, sem se descuidar, naturalmente, dos concernentes à sua requalificação no campo da sua formação específica e de base.

Da mesma forma, concorrem para seu desenvolvimento profissional seu engajamento e participação no trabalho coletivo escolar e nos debates sobre os mundos do trabalho, a dinâmica tecnológica, as políticas educacionais e as articulações da Educação Profissional e Tecnológica com a ciência, a cultura e os movimentos sociais.

Nesse sentido, torna-se indispensável, aos professores e às professoras da Educação Profissional e Tecnológica ou aos/às que querem vir a sê-lo, conhecer como essa modalidade educacional vem se desenvolvendo no Brasil. Para tanto, é preciso que se inteirem das suas contradições e das disputas políticas, teóricas e ideológicas que historicamente a perpassam, das suas especificidades com respeito à docência e suas bases conceituais comprometidas com a perspectiva emancipatória.

Mesmo que de forma amostral, é fundamental que conheçam experiências concretas de práticas educativas nesse campo. Por exemplo, as que tenham propósito integrador da relação teoria e prática ou de conteúdos gerais e específicos, de inclusão social e cultural e de promoção da sua articulação com a Educação de Jovens e Adultos.

De modo premente, também é fundamental que saibam ou se preparem para enfrentar os fenômenos da evasão e do abandono discentes na Educação Profissional e Tecnológica. Isso significa apoderar-se de estratégias de promoção da permanência e do êxito acadêmico dos/as estudantes, de articulação do ensino com a pesquisa e com a extensão, da práxis ou do processo dialético da ação-reflexão-ação.

Nesses termos, este Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica encontra suas justificativas maiores na formação de educadores e de educadoras socialmente sensíveis, éticos/as, criativos/as, reflexivos/as e comprometidos/as com a realização da função social dessa modalidade educacional, requisitos que influenciam diretamente as práticas pedagógicas nela desenvolvidas e os resultados que se espera obter com a aprendizagem dos/as discentes da EPT.

Portanto, se propõe, neste projeto pedagógico, um curso que não se define pela finalidade da docência restrita a formar meros executores de tarefas exigidas pelo mercado, mas que revele a importância social e educacional das políticas, dos programas e dos projetos de educação profissional e tecnológica emancipatória e que privilegie o atendimento às políticas públicas do país, a superação das desigualdades e a justiça social.

Propõe-se um curso que valorize a formação para o convívio respeitoso com as diferenças sociais e culturais e a compreensão profunda da realidade; que se comprometa com a qualificação da força de trabalho brasileira e, portanto, com o enfrentamento à histórica dualidade da educação nacional revelada no campo da educação profissional, na oferta de cursos instrumentais e apartados de seus fundamentos científico-tecnológicos.

Tal perspectiva requer a busca pela integração entre as capacidades de pensar e de produzir e, portanto, de tomar o ensino integrado como referência. Enquanto conteúdo, o ensino integrado deve ter o sentido “de completude, de compreensão das partes no seu todo” (Ciavatta, 2005, p. 84), podendo, por isso, ser entendido como uma concepção de formação que pressupõe o desenvolvimento amplo e articulado das capacidades humanas nas suas dimensões intelectuais e operacionais, inseridas em um contexto histórico marcado por profundas contradições sociais.

Dessa maneira, a motivação para essa oferta de formação político-pedagógica se respalda no entendimento de que ela pressupõe ir além da capacitação em técnicas didáticas visando à transmissão de conteúdos. Requer, mais do que isso, o incentivo ao diálogo com a educação geral, com o mundo do trabalho, com práticas pedagógicas interdisciplinares e interculturais.

Tais direcionamentos são necessários para que, de fato, o trabalho se materialize como princípio educativo, de forma a concorrer não somente para a emancipação do/a educando/a como também à concernente ao/a educador/a. É para isso que esse curso de pós-graduação lato sensu, sob a regência desse princípio, precisa promover fortes articulações entre ciência, tecnologia, cultura, trabalho e sociedade.

A Educação Profissional e Tecnológica se dedica a formar trabalhadores. Deve-se registrar a importância estratégica que tem a qualificação da força de trabalho para o desenvolvimento do país, para a produção de riquezas

propiciadoras da satisfação das necessidades humanas, materiais e imateriais, e para o fortalecimento de um projeto de nação democrática e soberana.

Sem a força de trabalho qualificada, promovida e desenvolvida em suas capacidades instrumentais e ético-políticas, tem-se não apenas trabalhadores potencialmente menos produtivos, mas também cidadãos sem a consciência de sê-lo.

É a qualidade dessa formação que está em jogo quando se tem em tela o nível e o valor do trabalho docente, de professores e professoras, também eles/as trabalhadores e trabalhadoras, componentes imprescindíveis a todo e qualquer processo de produção, inclusive quando essa se trata de produzir seres humanos emancipados.

A demanda por formação docente para atuar na educação profissional no Estado do Ceará, ampara-se ainda na oferta da EP no estado, que hoje além de contar com os 33 campus do IFCE, o Estado do Ceará possui 123 Escolas Estaduais de Educação Profissional em funcionamento, distribuídas ao longo do estado ofertando 52 cursos do Catálogo Nacional e Cursos Técnicos (CNCT), o que demonstra a necessidade de formação docentes para a EPT.

4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente proposta de Curso está em conformidade com as orientações políticas e com a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu no Brasil, em particular as citadas abaixo:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007, que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância;
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018, que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021, que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Resolução nº 77, de 13 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a composição e organização dos Núcleos de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
- Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, que institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.
- Portaria nº 102 de 10 de maio de 2019. Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183 de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273 de 6 de fevereiro de 2006

- Resolução nº116, de 26 de novembro de 2018. Aprova o regulamento dos cursos de pós-graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
- Resolução nº 87, de 07 de outubro de 2019. Aprova o Regulamento das Ações de Heteroidentificação do IFCE.
- Instrução Normativa PRPI/IFCE Nº 23, de 03 de abril de 2024. Estabelece critérios complementares ao Regulamento de Cursos de Pós-graduação Lato Sensu do IFCE para a oferta de cursos de especialização na modalidade a distância e presencial com oferta de carga horária a distância.
- PORTARIA 542, DE 17 DE ABRIL DE 2017 - Credenciamento do IFCE para a oferta de cursos na modalidade a distância.
- Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que institui a educação a distância no Brasil
- Resolução CNE/CP nº 1, de 06 de maio de 2022, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM-Formação).
- Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019 - Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- Resolução CNE/CP Nº 1 de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

Promover a formação continuada em docência na Educação Profissional e Tecnológica de profissionais graduados/as em diferentes áreas do conhecimento, solidamente estruturada em bases científicas, críticas e éticas e articulada a propostas criativas de intervenção educacional, tendo em vista a formação humana integral, a emancipação social e a consolidação do Brasil como um país soberano e democrático.

5.2 Objetivos específicos

- Possibilitar a análise e a confrontação de diferentes perspectivas políticas e epistemológicas com relação à função social da Educação Profissional e Tecnológica.
- Promover o compartilhamento de experiências, tecnologias educacionais e conhecimentos desenvolvidos no campo da Educação Profissional e Tecnológica.
- Oferecer ferramentas teórico-metodológicas para o exercício de práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica.
- Subsidiar os/as discentes no desenvolvimento de produtos educacionais destinados a fortalecer a atividade docente emancipatória na Educação Profissional e Tecnológica.
- Contribuir com a expansão, no país, da Educação Profissional e Tecnológica com qualidade social.

6 FORMAS DE INGRESSO

O ingresso nos cursos de pós-graduação lato sensu dar-se-á por processo seletivo público normatizado por edital, com vagas para ampla concorrência, cotas para pessoas pretas, pardas, indígenas (PPI), pessoas com deficiência e preferencialmente professores da rede pública e privada que atuem na educação profissional e tecnológica.

Desde 2019, o IFCE e o campus de Paracuru adequaram seus procedimentos de ingresso para alunos cotistas à Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 da Presidência da República. Além disso, também adequa-se à Lei 13.409 de 28 de dezembro de 2016, que altera o artigo 3, 5 e 7 da Lei 12.711/2012, reservando vagas para pessoas com deficiência.

A lei prevê que os candidatos que desejam concorrer às vagas reservadas para preto, pardo e indígena, bem como pessoas com deficiência deverão assim se declarar no ato da inscrição e seguir os demais processos da instituição. Quanto ao público negro (pretos e pardos) deve passar por um processo de heteroidentificação regulamentado pela Resolução no 87, de 07 de outubro de 2019 do Conselho Superior do IFCE.

Ressalta-se que em relação à promoção de acessibilidade aos públicos com deficiência ingressantes ao curso, a instituição se orienta pela Lei 13.146 de 06 de julho de 2015.

7 PÚBLICO ALVO

Poderão participar do curso profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo preferencialmente bacharéis/bacharelas e/ou tecnólogos/as que atuam ou que pretendem atuar na EPT em instituições de ensino no âmbito do Estado do Ceará e fora deste, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica.

8 ÁREA DE ATUAÇÃO

O perfil profissional do egresso do Curso Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica contempla o domínio dos saberes docentes que incluem conhecimentos teóricos e práticos no campo da educação e dos conhecimentos que irão mediar sua atividade nas instituições no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Um profissional capaz de criar e produzir propostas educativas, pautadas em metodologias ativas de aprendizagem, em diferentes realidades, trabalhando coletivamente para a elaboração, gestão e mediação que se pautem na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação profissional.

9 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Independentemente do curso de graduação de origem, o/a discente, ao concluir este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, deverá estar em condições de:

- ✓ planejar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- ✓ dialogar sobre assuntos relacionados à docência na Educação Profissional e Tecnológica, em particular na perspectiva do ensino integrado;
- ✓ participar da realização de diagnósticos, estudos e análises sobre necessidades, demandas, problemas, oportunidades e recursos relacionados à oferta de EPT;
- ✓ contribuir para a construção de conhecimentos provenientes das práticas sociais desencadeadas por programas e iniciativas de EPT;
- ✓ contribuir com os setores que, por motivos diversos relacionados às diversidades culturais ou condição socioeconômica, encontram dificuldade de expressão e de legitimação de seus saberes e necessidades com respeito às atividades de trabalho e formação;
- ✓ promover a criatividade e os aprendizados tecnológicos destinados à inovação de produtos, processos e técnicas, ao desenvolvimento da consciência ambiental e à elevação da capacidade dos/as egressos/as da EPT de intervir na realidade em que vivem;
- ✓ participar das chamadas “comunidades ampliadas de saberes”, estruturas em que ocorrem diálogos de diversas naturezas, no intuito de torná-las comprometidas com a valorização do trabalho, dos trabalhadores e trabalhadoras e com o enriquecimento da cultura, da ciência, da tecnologia e da EPT;
- ✓ participar das iniciativas de articulação da EPT com as políticas setoriais públicas;

- ✓ propor inovações curriculares tomando como temas transversais e de contextualização a pauta do desenvolvimento integrado, sustentável e solidário, os elementos da realidade do entorno escolar e os saberes do trabalho;
- ✓ desenvolver materiais e instrumentos pedagógicos que possibilitem aos/às discentes compreenderem de forma crítica a realidade que os/as cerca e nela intervir para concretizar as estratégias de emancipação social;
- ✓ participar da mobilização social e política de comunidades para a definição de agendas e de planos de mudanças que favoreçam o desenvolvimento da EPT;
- ✓ alimentar fóruns de debates com informações técnicas e estudos sobre EPT com relevância para a implementação das políticas voltadas a essa modalidade educacional;
- ✓ contribuir para o fortalecimento da gestão democrática de políticas, programas e projetos de EPT.

10 METODOLOGIA

Os procedimentos pedagógicos a serem utilizados deverão ser coerentes com os princípios, os objetivos e as finalidades deste Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, ou seja, com a perspectiva do desenvolvimento da consciência teórica das contradições sociais por ele emanadas e de como encará-las por meio de dispositivos práticos de propostas de intervenção educativa.

Em outros termos, tais expedientes deverão servir para incentivar os/as estudantes deste curso a realizar colaborações concretas de construção de conhecimentos socialmente significativos, aplicáveis a essa modalidade educacional, tornando-a, de forma crítica e profícua, incursa na práxis social.

Com base na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se desenvolva por meio de “tempos curriculares”, conforme orienta Ramos (2017):

[...] tempos de problematização (a prática social e produtiva ainda como síntese); tempos de instrumentalização (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); tempos de experimentação (o enfrentamento, pelo

estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); tempos de orientação (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); tempos de sistematização (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, tempos de consolidação (avaliações com finalidades formativas) (Ramos, 2017, p. 43, grifos nossos).

O ponto de chegada do desenvolvimento deste curso tem por alvo, portanto, a realidade concreta existente, mas agora num nível mais avançado de compreensão. O que se espera é que, por terem passado pelas problematizações e apropriações dos instrumentos conceituais e metodológicos de intervenção educativa, os/as estudantes deste curso possam chegar a um patamar superior de compreensão da docência na EPT e sua relação com a prática social.

Como este curso foi concebido para ser oferecido na modalidade EaD, a atuação de professores/as, discentes e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

Fóruns, *chats* e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores/as, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos/as, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial deve iniciar a partir da primeira unidade temática do núcleo comum e ser transversal a todo o curso, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Plano de Formação e do Relatório técnico conclusivo de sua formação.

As unidades temáticas serão desenvolvidas de forma assíncrona, mas a cada início de unidade uma atividade síncrona será desenvolvida visando à introdução do tema e das questões que ela traz, estimulando a problematização e as convergências de interesses do/a docente e dos/as discentes acerca daquele tema.

As unidades temáticas possuem caráter teórico-prático, de forma a contemplar questões da atividade do/a educador/a da EPT.

A cada unidade temática, o/a docente a apresenta e, no seu final, propõe uma síntese como fechamento, buscando explorar possibilidades de questões teóricas e práticas para serem aprofundadas pelos/as discentes, considerando os seus Planos de Formação.

Sugere-se ampla utilização das indicações de bibliografia básica e complementar, a ser aprofundada pelos/as discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Deve-se manter a atenção à diversidade e à heterogeneidade dos/as discentes, o que requer a seleção de materiais orientados à inclusão educacional, como uma das formas de se garantir a participação de todos/as os/as discentes independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando essa heterogeneidade, em particular no que se refere aos sujeitos de diferentes culturas e saberes, coloca-se como necessária a valorização de procedimentos de ensino e de aprendizagem coletivos, que incentivem a comunicação entre colegas e que favoreçam as trocas e os diálogos de modo a tomar essas diferenças, que dão identidade aos sujeitos discentes, não só algo a ser valorizado como também uma oportunidade de crescimento compartilhado.

Considerando ainda a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos/as estudantes, recomenda-se a busca por estratégias problematizadoras da realidade e das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo.

O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização podem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, cujas características possibilitam promover as capacidades de compreensão da realidade da docência na EPT e inspirar novas práticas pedagógicas, mais dialógicas e efetivas.

Ademais, o IFCE Campus Paracuru por meio do NUTEAD tem contribuído para a formação para o uso das tecnologias digitais, além de apoiar o planejamento e a avaliação dos/as docentes, tutores/as e outros/as especialistas que venham a atuar na formação, de modo a assegurar as condições materiais e subjetivas adequadas e a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos.

10.1 Materiais didáticos

Serão selecionados, produzidos e disponibilizados aos/às docentes formadores/as, tutores/as e estudantes materiais didáticos em conformidade com as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e de um curso no formato EaD. Esse acervo ficará acessível aos estudantes, e sua indicação e mediação de uso será feita pelos/as professores/as formadores/as e tutores/as, considerando as temáticas trabalhadas e as atividades propostas na oferta do curso.

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados recursos educacionais abertos (REAs) correspondentes às unidades temáticas do curso. Trata-se de materiais hipermediáticos que trazem a síntese do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para EPT.

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica. Ressalta-se que o material didático será com licença aberta para todos os campi ofertantes.

10.2 Princípios pedagógicos

A premissa fundamental deste projeto político-pedagógico é a centralidade da docência na Educação Profissional e Tecnológica, independentemente das diferentes formas e dos conteúdos curriculares que lhes dão especificidades. Ganha relevância, portanto, neste curso de formação de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica, a atuação dos professores e das professoras formadores/as, orientadores/as ou tutores/as, como primordiais para a condução com sucesso do processo de ensino-aprendizagem desencadeado.

Para tanto, é preciso que recebam formação adequada e continuada para que possam proporcionar aos/às discentes ricas oportunidades de apropriação daqueles conhecimentos e experiências historicamente produzidos, que, de fato, sejam de grande relevância social e educacional.

Outra premissa fundante é a importância de se considerarem as origens dos/as estudantes e dos/as profissionais da educação que atuam no curso. Criaram-se, viveram e se encontram em espaços sociais, definidos e concretos. Possuem historicidade, contexto e heranças socioculturais. São sujeitos sociais, que produzem e reproduzem suas existências, experimentam dificuldades, alimentam seus sonhos e comemoram suas conquistas. São seres humanos ativos e criativos. Sensível a tais considerações, a proposta pedagógica deste curso realça o primado do aprender para gerar transformações na realidade educacional e social.

Além disso, este projeto pedagógico tem como ponto de partida a prática social, a sociedade atual com suas discrepâncias e desigualdades, seus antagonismos e lutas de classe e que tem o trabalho como atividade humana central e princípio ontológico do ser social, de cuja objetivação surgem os produtos necessários à reprodução humana, todos de caráter sócio-histórico, inclusive a cultura, a ciência e a tecnologia. Por isso, toma esse princípio como fundamento da proposta educacional aqui apresentada, cujo objetivo é a formação humana integral.

A Educação Profissional e Tecnológica como componente dessa prática social reflete condutas e significados que precisam ser problematizados. Logo, cabe aos professores e às professoras formadores/as estimular o exercício da análise crítica e convidar os/as discentes a desmistificar preceitos e modos de agir; a identificar problemas e desafios. Cabe-lhes incentivar a reflexão crítica, considerando contextos, sobre quem são os beneficiados e os prejudicados por

determinadas decisões e medidas, por quais motivos algo se tornou um problema e quais os alcances e os limites das respostas com vistas a solucioná-lo.

Os professores e as professoras da Educação Profissional e Tecnológica realizam a problematização com seus/suas estudantes quando os/as estimulam a retirar da prática social ou da realidade em que vivem problemas que tenham relevância social e relações com aqueles que se manifestam na formação humana em suas diferentes fases etárias e contextos culturais.

Mas cabe aos/às docentes ir além da problematização, por meio da oferta dos instrumentos para que os alunos e alunas deste Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica possam identificar e penetrar, com toda a radicalidade possível, na realidade em que vivem e atuam, nas questões científicas e tecnológicas relevantes, que afetam a sociedade, o trabalho humano e a educação brasileira.

Trata-se de fornecer-lhes meios para que os/as docentes que atuam na EPT possam se apropriar de conhecimentos e de abordagens fundamentais ao relacionamento do particular e do universal, da estrutura e da conjuntura, da parte e do todo como elementos da totalidade histórica. Enfim, que possam se apropriar de instrumentos que lhes possibilitem adotar um posicionamento crítico em relação aos problemas identificados, o que significa realizar contrapontos com respeito às concepções de educação profissional e tecnológica provenientes do pragmatismo, do idealismo e do senso comum.

Outra premissa importante para este curso é a compreensão da relação entre teoria e prática como uma unidade indissolúvel de elementos que, apesar de sua existência autônoma, mantêm uma relação de interdependência mútua, sendo, pois, indissociáveis. Essa compreensão se diferencia da perspectiva que considera haver dicotomia (dissociativa ou associativa) entre teoria e prática.

A perspectiva dicotômica conduz a uma prática educativa acrítica, na qual o/a docente, baseando-se em prescrições e em normas pré-estabelecidas, sob uma falsa aparência de neutralidade, realiza ações mecânicas e burocratizadas de reprodução de métodos e de técnicas de ensino.

A premissa da unidade indissolúvel entre teoria e prática favorece a constituição de práticas pedagógicas crítico-reflexivas, pois o/a professor/a pode orientar as suas atividades pelas teorias estudadas e, em um movimento dialético, problematizar e revigorar essas mesmas teorias ao confrontá-las com a realidade.

Nessa perspectiva, que toma a práxis como referência, as práticas educativas são entendidas como atividades teórico-práticas, considerando-se a teoria e a prática como elementos constituintes e articuladores da formação do/a educador/a da EPT.

Isso significa que as unidades temáticas da formação em tela não devem ter caráter teórico ou prático, mas constituir-se como identidades teórico-práticas por excelência, que alcançarão o sentido de integração se forem trabalhadas interativamente.

Essa forma de entender e de trabalhar a relação entre teoria e prática em um curso de formação tende a promover intervenções didáticas conscientes, que tenham o trabalho concreto como ponto de partida e de chegada da teoria, e esta como originária das exigências e dos problemas da realidade. É nessa perspectiva que se pretende, inclusive, que o TCC seja desenvolvido pelo/as cursistas.

10.3 Desligamento e reingresso no curso

O desligamento do curso ocorrerá por:

- Ausência de acessos ao Ambiente Virtual de Aprendizagem onde estão planejados os encontros virtuais por mais de 30 dias e a participação e envio das atividades do curso.
- Reprovação do estudante que ficar reprovado em três ou mais disciplinas, sem haver solicitado recuperação, terá seu desligamento do curso.

Para os estudantes que não atingirem desempenho satisfatório nas avaliações, deverá ser realizada a recuperação da aprendizagem ao longo do curso.

Ao final do período da disciplina, para os que não atingirem a nota final mínima para a aprovação no componente curricular (igual ou superior a 7,0), é facultada ao professor a realização da recuperação da aprendizagem em forma de plano de estudos, orientado pelo docente, e a utilização de um instrumento avaliativo para a verificação do conhecimento adquirido.

Os cursos de pós-graduação lato sensu são ofertados de forma eventual, de acordo com a demanda local/regional e da viabilidade de execução pelo campus. Dessa forma, não estará obrigado à oferta anual e contínua, cabendo ao colegiado identificar a necessidade e deliberar quanto à oferta de nova turma.

11 MATRIZ CURRICULAR

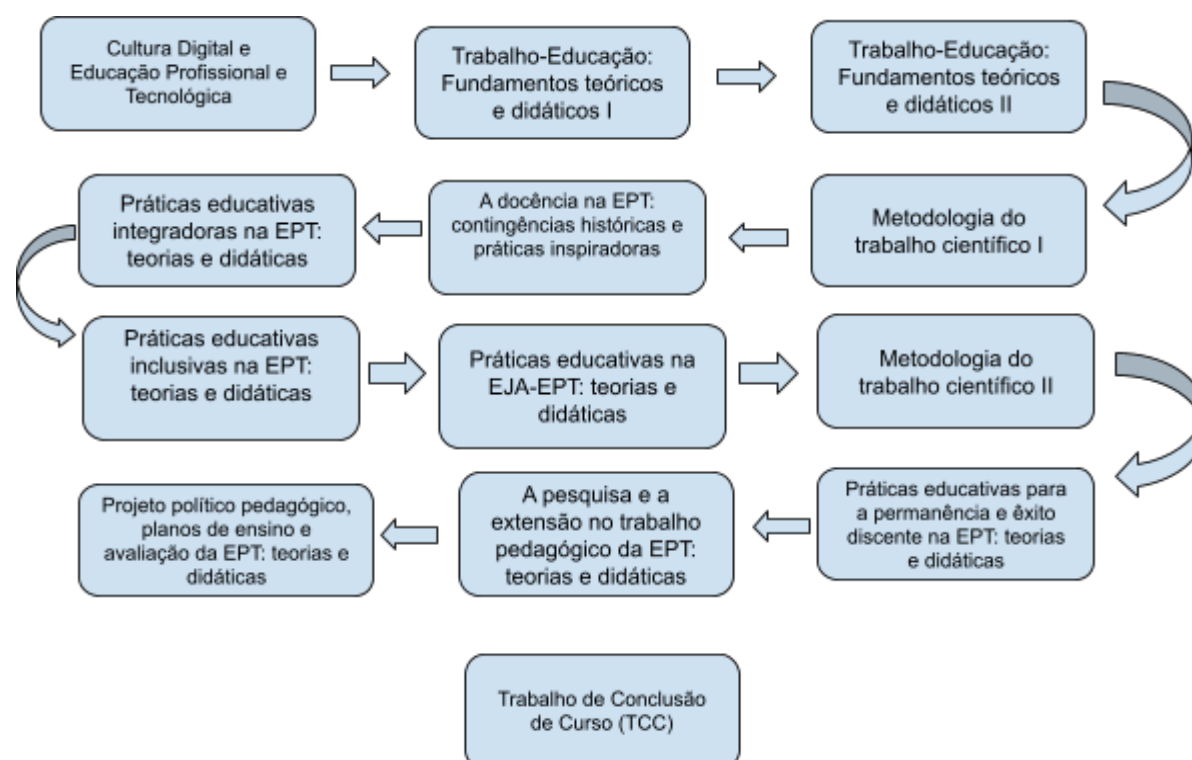
O Quadro 1 apresenta a organização curricular e distribuição de carga horária do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância distribuída em 360h, a seguir ilustra a matriz curricular.

MÓDULO	NÚCLEO	UNIDADES TEMÁTICAS	CARGA HORÁRIA (h)	créditos
MÓDULO 1 (100h) 1º Semestre	NÚCLEO COMUM (80h)	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	40	2
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	20	1
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II	20	1
	TCC 1º Momento 20h	Trabalho de Metodologia Científica I	20	1
MÓDULO 2 (140h) 2º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)	A docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras	20	1
		Práticas educativas integradoras na EPT: teorias e didáticas	40	2
		Práticas educativas inclusivas na EPT: teorias e didáticas	40	2
		EJA-EPT: teorias e didáticas	20	1
	TCC 2º Momento (20h)	Metodologia do trabalho científico II	20	1
MÓDULO 3 (120h) 3º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (80h)	Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias e didáticas	20	1
		A pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT: teorias e didáticas	20	1
		Projetos político-pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas	40	2
	TCC 3º Momento (40h)	Trabalho de Conclusão de Curso	40	2
Carga horária total do curso			360	18

fonte: SETEC-MEC

Conforme apresentado no Quadro 1, a seguir, o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância, se organiza em 02 (dois) núcleos (comum e específico), divididos em 03(três) módulos, totalizando 12 (doze) disciplinas, 18 créditos doravante denominadas unidades temáticas, além do TCC.

12. FLUXOGRAMA DO CURSO



13. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE e terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB N°. 9394/96. A avaliação poderá ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar

da sala de aula presencial e virtual usando o ambiente de ensino-aprendizagem Moodle para registro.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina.

O rendimento acadêmico do estudante será aferido por meio de instrumentos avaliativos de livre escolha do docente responsável pela disciplina. Ao estudante será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos instrumentos utilizados.

Aos discentes que não atingirem desempenho satisfatório nas avaliações, deverá ser realizada a recuperação da aprendizagem ao longo da disciplina. Aos discentes que não atingirem a nota final mínima para a aprovação no componente curricular, é facultada ao professor a realização da recuperação da aprendizagem em forma de plano de estudos, orientado pelo docente, e a utilização de um instrumento avaliativo para a verificação do conhecimento adquirido.

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para estudantes com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, usando as seguintes estratégias e técnicas.

Esse curso será desenvolvido na modalidade a distância. As atividades educativas incluem:

- material didático digital, com textos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, permitindo que o aluno possa imprimir, caso queira;

- vídeoaulas para aprimoramento de conteúdos;
- indicação de leitura e material suplementar, para pesquisas futuras;
- atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas;
- atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;
- atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;
- atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- materiais acessíveis para o caso de alunos com surdez ou deficiência visual;
- sistema de mensagens para acesso aos tutores ou à Coordenação do Curso.
- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;

- Escrita de artigos científicos e TCC.

Todo o material pedagógico constará de textos elaborados pelos professores conteudistas (planejam e elaboram os conteúdos das unidades curriculares definidas), que também serão os professores formadores, sendo acrescido do máximo de figuras, gráficos, tabelas, *hiperlinks* ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas.

Nesse projeto, o professor formador e/ou professores conteudistas, além de preparar(em) todo o material didático a ser usado na disciplina, incluindo as avaliações, participar de atividades de formação de formadores.

Esse curso contempla a oferta de três módulos de atividades letivas, subdivididas em blocos, por meio do agrupamento de disciplinas, para que os professores possam atuar de forma interdisciplinar, especialmente na proposição de avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, com vistas a exercitarem os princípios da educação por competência, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (2012, 2021).

A organização das atividades será computada da seguinte forma. O curso será virtual, por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle, podendo ter encontros síncronos que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais e orçamentárias no período de execução da aula.

O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

14 APOIO DISCENTE

Os estudantes recebem apoio através de professores tutores que esclarecem dúvidas dos conteúdos curriculares e auxiliam nas atividades práticas das disciplinas, disponibilizando horários de atendimento.

Os docentes do Curso de Especialização também disponibilizarão horários de atendimento aos alunos, nos quais ocorrem atividades de orientação de Trabalho Conclusão de Curso (TCC).

O curso poderá contar com a figura do professor tutor e formador, conforme plano de trabalho.

Por fim, encontra-se em fase de discussão e desenvolvimento, a proposta de atendimento especializado aos estudantes com necessidades especiais de aprendizagem. Essa política será realizada pelo Núcleo de acessibilidade a pessoas com necessidades específicas (NAPNE) e inclusão social pelo NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.

15 INFRAESTRUTURA

Para a oferta do curso, é importante a garantia de uma estrutura mínima que possibilite o suporte necessário ao percurso formativo do/a estudante. Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância faz necessário uma infraestrutura digital, com suporte dos núcleos de educação a distância, biblioteca virtual além da estrutura física do IFCE, campus ofertante.

15.1 Infraestrutura digital

Para o gerenciamento e o acompanhamento do AVA, o IFCE constituirá equipe de suporte técnico e pedagógico, que tratará da customização da plataforma e da organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas.

15.2 Os núcleos de tecnologias educacionais e educação a distância

A inclusão digital será mediada por meio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância (NUTEAD). A concretização dessa ação assegura o pleno atendimento em espaço específico e com o uso de materiais didático-pedagógicos que possibilitem o sucesso do processo de ensino-aprendizagem de forma inclusiva em todo o IFCE.

No IFCE usaremos o ambiente de ensino Moodle do IFCE no link: <https://ead.ifce.edu.br/> com suporte técnico por meio de portaria específica designando os responsáveis pela manutenção e acompanhamento do ambiente virtual, sendo acompanhado pelo NUTEAD - IFCE Campus Paracuru.

O NUTEAD do IFCE Paracuru possui estrutura física composta por uma mesa, uma cadeira, computadores com acesso à Internet, laboratório de informática (sala 05), e sala multiuso para reuniões, videoconferências e formações caso necessário.

O Núcleo de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (NTEAD), ligado diretamente aos gabinetes de Direção Geral sob assessoria do CREAD - Centro de Referência em Educação a Distância.

O NTEAD do IFCE Campus Paracuru proporciona o apoio e a estrutura técnico-pedagógica adequada para facilitar a circulação dinâmica do material didático, as interações instituição-professor-tutor-aluno-conteúdo, as avaliações, a capacitação dos atores envolvidos nas práticas e as metodologias de EAD (professores, coordenadores, tutores, estudantes), ou seja, todo o apoio técnico-pedagógico exigido nas práticas de EAD para assegurar a qualidade do processo ensino-aprendizagem (IFCE, 2017).

Além de prestar suporte para os cursos em implantação e implantados, com assessoria quanto ao uso de tecnologias, metodologias e recursos educacionais digitais, o NTEAD estimulará a cultura do EAD no campus entre técnicos, docentes e discentes.

Em 2024, o NTEAD do Campus Paracuru possui o seguinte corpo funcional:

Quadro 2 - NUTEAD Paracuru

servidor	função
Sinara Socorro Duarte Rocha	Coordenadora do NUTEAD
Carlos Sergio Rodrigues da Silva	Design Pedagógico
Rodrigo Carvalho Souza Costa	Administrador do AVA
Diego Aguiar Sousa	Administrador do AVA

15.3 Biblioteca Virtual

A biblioteca do IFCE Campus Paracuru funcionará nos três períodos, sendo o horário de funcionamento das 08 às 21 horas, ininterruptamente, de segunda a sexta-feira. Aos usuários vinculados ao curso e cadastrados na biblioteca é concedido o empréstimo automatizado de livros. As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento de funcionamento próprio da biblioteca. A biblioteca possui um ambiente climatizado, boa iluminação, acessibilidade, dispõe de serviço de referência, de armários para os alunos guardarem seus pertences, cabines para estudo individualizado, computadores com acesso à internet disponíveis para os alunos que desejem realizar estudos na instituição. Há uma sala de estudos, anexa, com mesas para estudo coletivo, funcionando no mesmo horário da biblioteca. A biblioteca conta também com Sistema de Automação de Bibliotecas Sophia com títulos físicos, exemplares e periódicos.

A Biblioteca física do campus dispõe de computadores para acessar o Portal de Periódicos CAPES e também realizar treinamentos para que os usuários se familiarizem com a plataforma. Além disso, os estudantes e professores do IFCE têm acesso Biblioteca Virtual da empresa Pearson Educations (<https://bv.u.ifce.edu.br/login.php>)

A biblioteca do IFCE - campus Paracuru, localizada na área central do campus, apresenta boa iluminação, acessibilidade e possui bloco próprio climatizado dispondo, além do espaço do acervo geral, de duas salas para estudos em grupo, 10 cabines para estudo individual, guarda-volumes, espaço multimídia, internet Wi-Fi e salão de estudos com 28 assentos. Com o objetivo de promover o acesso, a disseminação e o uso da informação como apoio as atividades de ensino, pesquisa e extensão do campus, a biblioteca tem seu acervo em processo de aquisição, contando atualmente com 253 exemplares.

Além dessa estrutura, a biblioteca possui regulamento próprio que orienta o uso do acervo e dos espaços, oferecendo ainda os seguintes serviços: Biblioteca Virtual Universitária (BVU), elaboração de ficha catalográfica, internet, consulta local ao acervo, disseminação seletiva da informação, empréstimo domiciliar, pesquisa e orientação bibliográficas, reservas e renovações, serviço de referência e acesso ao Portal de Periódicos da Capes, disponível para alunos e servidores, através da rede local ou para acesso remoto.

A biblioteca conta também com o Sistema de Automação de Bibliotecas Sophia no qual pode ser consultada a disponibilidade de títulos físicos, exemplares e periódicos, bem como realizadas renovações e reservas de exemplares.

Adicionalmente, a Biblioteca Virtual Universitária (BVU) permite que discentes e servidores tenham acesso a um acervo com mais de 50.000 obras das mais diversas áreas de conhecimento. As obras da BVU são acessadas pelo endereço eletrônico <http://bvu.ifce.edu.br/> e os usuários podem montar a sua própria estante virtual, fazer anotações, marcar páginas e até mesmo imprimir trechos dos livros.

Além disso, cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância das instituições. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Os alunos também terão acesso às bibliotecas virtuais do IFCE Paracuru e/ou repositório institucional da CAPES por meio do link: <https://educapes.capes.gov.br/>

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais, como por exemplo, à Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; o Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA, por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

15.4 Estrutura física do IFCE Campus Paracuru

O IFCE - Campus de Paracuru possui salas de aula em boas condições, diversos laboratórios, biblioteca, espaço de convivência para atendimento ao aluno de forma a possibilitar instalações que sejam convenientes ao aprendizado discente e busquem dar acessibilidade aos que necessitam. A instituição vem continuamente trabalhando para respeitar o disposto no Decreto Nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, a fim de promover a acessibilidade de pessoas que possuem deficiência ou mobilidade reduzida. O quadro 3 apresenta a estrutura física do IFCE.

No Quadro 3 abaixo apresentamos as dependências físicas do IFCE campus Paracuru

Dependência Física	Quantidade
Auditório	1
Salas de aula	9
Laboratório de Informática	3
Banheiros	4
Salas de estudos	3
Biblioteca	1
Sala dos professores	1
Coordenação de controle acadêmico	1
NAPNE/NUTEAD	1
NEABI	1
Sala coordenação do curso	1
Sala tutorial	1
Recepção e protocolo	1

16 ESTÁGIO

Não haverá estágio no curso.

17 AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

O acompanhamento do desenvolvimento do curso deve ser contínuo e permanente, pois se trata de uma importante prática de gestão, necessária ao incentivo da participação de todos os envolvidos e ao aperfeiçoamento das suas atividades ao indicar as diferenças entre os resultados encontrados e os esperados.

Ela poderá oferecer dados para analisar a consistência do currículo com os objetivos declarados do curso, o perfil dos/as discentes, a fundamentação teórico-metodológica, a adequação, atualização e relevância das unidades temáticas e da bibliografia indicada.

Ao final do curso, a Coordenação disponibilizará um questionário virtual de avaliação geral do curso, que deverá ser preenchido pelos alunos, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso aconteçam.

A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações das disciplinas e da avaliação final do curso bem como a análise da postura docente e discente durante a realização das atividades.

18 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE, aprovado através da Resolução 034/ Consup, de 27 de março de 2017, apresenta os requisitos a serem adotados na normalização dos trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCCs), de especialização (TCCes), de mestrado (dissertações) e de doutorado (teses) produzidos no IFCE. Para a elaboração de tabelas, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) orienta a utilização das Normas de Apresentação Tabular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O TCC deverá ter o formato de relatório técnico conclusivo de pesquisa a ser construído ao longo do curso, resultante de um Plano de Formação proposto pelo/a discente, ao término das unidades temáticas do Núcleo Comum (TCC I), em diálogo com o/a seu/sua orientador/a, que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da docência na EPT. A execução desse componente curricular ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do/a discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- Primeiro momento - Metodologia do trabalho científico I (20h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo comum com o objetivo de elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse.
- Segundo momento - Metodologia do Trabalho científico II (20h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico com o propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas.
- Terceiro momento - TCC III (40h): elaboração do artigo ou relatório técnico com respectivo orientador.

No IFCE o trabalho de conclusão de curso (TCC) é item obrigatório para a expedição do certificado dos cursos de pós-graduação lato sensu de especialização, seguindo as orientações constante no Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos da instituição, disponível para os estudantes em https://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/arquivos/manual-de-normalizacao-com-errata_3_edicao_2020.pdf

O Trabalho de Conclusão de Curso tem carga horária de 40h, dividida em três momentos (conforme exposto adiante), com a seguinte ementa:

- Ementa: Com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no primeiro momento, espera-se que, ao final do curso, o aluno apresente um Relatório técnico conclusivo de Pesquisa, fruto de um processo iniciado no começo do curso a partir de uma questão problematizadora. Ao final desta unidade temática, dividida em três partes, o discente deverá concluir o seu relatório final de pesquisa.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a não equivalência da formação do/a educador/a a “fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um

bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação” (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos/as profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

Por isso, definiu-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o formato de Relatório técnico conclusivo de Formação a ser construído ao longo do curso, individualmente, resultante de um Plano de Formação proposto pelo/a discente, em diálogo com o/a seu/sua orientador/a, que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da EPT.

A apresentação do TCC é também obrigatória, devendo ser presencial e individual, ser registrada em ata e, ainda, atender às seguintes prescrições:

I - o TCC será apresentado oralmente, perante uma banca examinadora, constituída por três membros, presidida pelo professor orientador, que é membro nato.

II - os membros devem ser, preferencialmente, professores do IFCE, com formação específica na área ou áreas afins, podendo um deles ter título de especialista e os demais, no mínimo, o título de mestre;

III - na impossibilidade de o professor orientador participar da banca examinadora de TCC, a presidência será exercida pelo coordenador do curso ou por outro professor designado por este;

IV - no caso de impedimento da presença física de membros da banca examinadora, será permitida a utilização de recursos tecnológicos síncronos que possibilitem a sua participação remota;

V - em caso de aprovação, o discente terá até 30 dias, a contar da data da apresentação, para entregar a versão final do TCC à coordenação do curso.

Na ausência de professores interessados em orientar, o tutor poderá assumir essa função, desde tenha a formação mínima como especialista como orienta o regulamento da Pós-graduação *latu sensu* do IFCE.

18.1 Sobre o Relatório Técnico Conclusivo

Um plano de formação reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o/a discente deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um/a professor/a orientador/a, defina um fio condutor para a sua formação.

Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram atribuídas 20h de trabalho acadêmico (metodologia do trabalho acadêmico), caberá ao/a discente identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseja aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do/a seu/sua orientador/a, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a discente, possibilita o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização, neste caso, a docência na EPT.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os/as estudantes articulem, de forma congruente, as diferentes unidades temáticas cursadas em torno de uma situação real e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos/as estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos/às discentes fazer indagações sobre a sua prática assim como a avaliação desta a partir do estabelecimento da interlocução com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo/a orientador/a. Assim, espera-se que os/as discentes exercitem as suas capacidades de problematização, análise, síntese e proposição.

O Plano de Formação deverá ser desenvolvido levando em conta a necessidade de proporcionar uma formação que articule o conhecimento acadêmico com a experiência prática, preparando os/as discentes para atuarem profissionalmente de forma mais eficaz.

Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: *qual aspecto da realidade da docência na EPT eu pretendo enfrentar durante a minha formação e na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?*

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do/a discente, de modo a permitir ações de reflexão sobre o real vivido como educador/a e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada e que possa ser respondida tendo em vista a experiência do/a discente, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

O tempo dedicado à construção do TCC corresponderá a todo o percurso formativo do/a discente, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (Metodologia Científica I - 20h): após a realização das unidades temáticas do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do Plano de Formação, a partir da definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

- a. Identificação do/a discente.

- b. Breve descrição do tema a ser tratado.
- c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
- d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. O processo de ensino investigativo que se propõe pela concretização desse trabalho tem um papel essencial, por meio do qual o/a estudante, através da mediação docente, aprofunda sua capacidade de sistematizar aspectos relacionados à vivência da docência e suas habilidades interacionais (Capaz, Gerke e Muskardi, 2022). Por isso, todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.
- e. Definição de objetivos.
- f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Segundo Momento (Metodologia científica II - 20h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se:

- a. Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
- b. Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.

Terceiro Momento (TCC III - 40h): elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório técnico conclusivo), com orientador.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TCC, sugere-se um relatório contendo de 20 a 30 laudas de elementos textuais, conforme o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos.

Em cada unidade temática, o/a discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada unidade temática estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de pesquisa. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um relatório técnico conclusivo (disponível na plataforma de formação), o qual será a base do Relatório de Formação, o TCC. Para a sua operacionalização, recomenda-se o uso de um caderno físico ou digital no qual o/a discente irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele/a. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação e a construção do Relatório é que o/a próprio/a discente desenvolva a sua capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, problemas pedagógicos que a realidade da EPT coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

Somente o aluno que tenha concluído todos os créditos será habilitado a fazer o TCC.

Também está previsto a flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

19 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI DO CURSO

O curso de Especialização em Docência em EPT do Campus Paracuru está articulado com a missão do IFCE de produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de contribuir para a formação social, política, cultural e ética do cidadão e da cidadã corroborando com as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (2019/2023) por meio dos esforços para expandir e aprimorar a formação de professores(as) para o ensino técnico e profissional e promover o desenvolvimento local e regional. Neste sentido, constituem-se políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao curso as abaixo nominadas:

19.1 NAPNE - Núcleo de Atendimento a pessoas com necessidades educativas específicas

O NAPNE é um núcleo permanente que tem por finalidade promover o acesso, a permanência e o êxito educacional do/da discente com necessidades educacionais específicas no IFCE. O núcleo promove, em conjunto com os demais setores institucionais, suporte laboral e apoios técnico, científico, acadêmico, pedagógico e psicossocial necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área de acessibilidade e inclusão, sob a perspectiva dos direitos humanos e da diversidade conforme a Resolução CONSUP/IFCE nº 143, de 20 de dezembro de 2023.

Assim, as adaptações curriculares ocorrerão por diferentes estratégias a partir da elaboração de uma proposta pedagógica específica para cada discente tendo como referência o currículo regular, as competências e as habilidades desse público com ajustes de objetivos de aprendizagem, conteúdos, metodologia e avaliação que poderão ser:

I. alterações no material didático como tradução para libras, para estudantes surdos, impressão em braille ou aumento do tamanho e formato da letra para melhor visualização para estudantes com deficiência visual;

II. permissão para uso em sala de aula de aplicativos como Dosvox (para estudantes cegos), leitores de tela, dicionários, tradutores on-line dentre outros recursos tecnológicos que ampliem a comunicação assistiva;

III. contratação de leitores, transcritores, cuidadores e/ou intérpretes de libras, caso necessário de comum acordo com a direção do campus;

IV. maior tempo de realização das atividades avaliativas com apoio do(a) auxiliar de aluno(a)s;

V. adaptações alternativas na avaliação, tais como compreensão para além da linguagem escrita convencional tais como gestos, mímica, dramatização, desenhos, ilustrações, fotografias, recursos tecnológicos (vídeo, TV, retroprojeto, computador, áudios, vídeos, slides, etc.), leitura labial, adoção de material concreto, dentre outros;

VI. mudança da disposição física da sala de aula, de forma a melhorar a locomoção do(a) estudante com uma necessidade específica permanente ou temporária;

VII. adoção de sistemas alternativos de comunicação, para os(a) alunos(a) impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação.

VIII. orientações metodológicas no que diz respeito a interação em sala de aula tais como: dar explicações verbais sobre todo o material abordado em sala de aula de maneira visual; ler, por exemplo, o conteúdo ou imagem que está na lousa;

IX. utilizar diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades de expressão do(a)s aluno(a)s;

X. modificação do nível de complexidade das atividades e na seleção de material didático, tais como produzir vídeos e áudios que podem ser usados como material complementar, selecionando materiais didáticos adequados e oferta de monitoria em casos específicos;

XI. oferecer suporte físico, verbal e instrucional para a locomoção do(a) aluno(a) com deficiência física, no que se refere à orientação espacial e à mobilidade;

XII. compra de recursos e materiais adaptados: pranchas, presilhas para evitar o deslizamento do papel na carteira, lupa, material didático de tipo ampliado,

livro falado, equipamento de informática, materiais desportivos como bola de guizo, dentre outros recursos conforme orçamento do campus.

19.2 NEABI

Os NEABIs foram criados no IFCE a partir de 2015 com o intuito de realizarem estudos, pesquisas, formação, planejamento de ações afirmativas, eventos, projetos, programas, acolhimento e diálogos voltados à promoção da equidade racial e dos direitos humanos, tendo como perspectiva contribuir para a construção de uma sociedade antirracista, a partir da ampliação e da consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas.

No Campus Paracuru, o NEABI foi fundado em 12 de setembro de 2019 e conforme planejamento coletivo e participativo foram estabelecidas as formas de adesão e divulgação da pauta étnicoracial para a comunidade interna e externa. Desde então, o núcleo vem desenvolvendo atividades, eventos e projetos que integram ensino, pesquisa e extensão a partir da interação entre servidores/servidoras docentes e técnicos-administrativos, discentes e membros da comunidade externa que trabalham juntos temas relacionados à diversidade cultural brasileira e à luta contra o racismo e todas as outras formas de discriminação.

20 Equipe Multidisciplinar envolvida no curso

20.1 Corpo Docente

O corpo docente será composta por professores do IFCE convidados ou na ausência destes, poderão ser selecionados professores externos via edital, conforme plano de trabalho.

As equipes do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a EPT, são constituídas, minimamente, pelos seguintes perfis de profissionais:

- Coordenador de Curso: com a função de coordenação do Curso DocentEPT na instituição ofertante;

- Professor tutor: com função de atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB, voltada para o acompanhamento das disciplinas do Curso DocentEPT;
- Professor Formador: com função de atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino do DocentEPT, responsabilizando-se pelas disciplinas ministradas e pela formação de tutores. Esse professor preferencialmente está vinculado ao IFCE.

Os professores formadores são os responsáveis pelo planejamento da disciplina. Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em sua maior parte, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores, ocorridos em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona.

São atribuições do Professor Formador:

- a) cumprir carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cuja distribuição ficará sob a responsabilidade da coordenação do curso;
- b) acompanhar até 12 (doze) tutores/turmas por disciplina, de acordo com a demanda indicada pela coordenação do curso;
- c) elaborar a matriz de design educacional (matriz DE) para a disciplina na qual atuará, com a antecedência estipulada pela coordenação do curso;
- d) conhecer os materiais, procedimentos e recursos tecnológicos a serem utilizados na disciplina, bem como providenciar a sua organização e elaborar as atividades a serem disponibilizadas para os alunos no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Moodle;
- e) subsidiar os tutores no exercício da docência no Moodle, bem como acompanhar os alunos no processo de aprendizagem;
- f) orientar tutores e estudantes com a indicação e disponibilização de livros, periódicos, artigos, dissertações, teses, ou ainda videoaulas, exercícios resolvidos, referências bibliográficas, entre outros recursos que possam auxiliá-los no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas;
- g) informar à coordenação do curso eventuais problemas e/ou dúvidas surgidas no exercício de sua função;

h) participar de cursos de formação inicial e continuada ofertados aos professores formadores, bem como participar de reuniões e encontros acadêmicos quando solicitado pela coordenação;

i) participar de encontros presenciais nos polos quando solicitado pela coordenação;

j) entregar na coordenação do curso o relatório final dos trabalhos realizados pelo(s) tutor(es), bem como lançar as notas no sistema acadêmico do IFCE e imprimir os diários com o resultado final da disciplina;

k) manter regularidade de acesso ao Moodle, e dar retorno às solicitações dos tutores e alunos no prazo máximo de 24 horas;

l) participar de reuniões agendadas pela coordenação do curso e desenvolver reuniões com os tutores durante o planejamento, o processo de execução e o encerramento das disciplinas.

m) Orientar o trabalho de conclusão de curso.

A equipe de professores formadores será composta por professores do IFCE, convidados ou professores externos selecionados via edital, conforme plano de trabalho.

Podará haver a possibilidade de tutores e tutoras a distância e presenciais, além de equipes multidisciplinar e de apoio tecnológico e de logística, conforme plano de trabalho. Neste caso, O/a professor (a) tutor/a a distância deve ter, no mínimo, nível superior, com licenciatura em qualquer área e especialização em educação, uma vez que é o responsável pela mediação pedagógica junto aos/às estudantes, para dirimir dúvidas conceituais e auxiliar o/a professor/a formador/a na correção de atividades avaliativas.

Já o/a tutor/a presencial também deverá ter licenciatura em qualquer área, com especialização em educação, uma vez que suas funções são de apoio técnico e motivacional aos estudantes.

Todos os/as profissionais descritos acima poderão ser selecionados por edital, de acordo com o especificado no plano de trabalho de cada oferta, com critérios que atendam ao nível de exigência legal para a oferta de uma pós-graduação *lato sensu* e receberão formação específica para atuar nesse curso.

Tal preparação deverá contemplar, de forma indispensável e primordial, o conjunto dos elementos integrantes da concepção pedagógica do curso, seus princípios e orientações relativas aos procedimentos didáticos. Por se tratar de um curso desenvolvido na modalidade a distância, a essa formação de base deverão ser associados os conceitos e as orientações relativos às práticas educativas inerentes aos dispositivos a serem utilizados, especialmente os que se referem à mediação pedagógica, à produção de materiais para a EaD, à gestão de plataforma virtual e aos sistemas de acompanhamento dos discentes.

Para os cursos *lato sensu*, conforme Art. 9º da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018,

O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018, n.p. grifo nosso).

As equipes multidisciplinares do CREAD e de apoio tecnológico e de logística prestam assistência pedagógica e técnica aos/às docentes formadores/as e aos/às tutores/as no desenvolvimento do curso. Ademais, apoiam os/as discentes nos aspectos pedagógicos e no suporte ao uso de tecnologias e de recursos educacionais para a educação a distância.

20.2 Coordenação do curso

O/A coordenador(a) desempenha importante papel na condução conjunta do trabalho da equipe docente e no acompanhamento do desempenho acadêmico dos/das discentes. Nestes termos, busca estabelecer o diálogo entre docentes, discentes e a equipe gestora do campus, com o objetivo de traçar estratégias de permanência e êxito dos discentes no curso.

A escolha do(a) coordenador(a) ocorre via edital de seleção e leva em consideração que o/a docente escolhido(a) deve fazer parte do quadro de servidore(a)s do campus vinculado ao curso.

Ademais, o/a docente escolhido deve ter como características primordiais a liderança, a proatividade, a empatia, o respeito e a disposição para o trabalho em equipe.

Em termos institucionais, o/a coordenador(a) deve atuar conforme orienta a Nota Técnica nº 2/2015/PROEN/IFCE, que estabelece as atribuições dos(as) coordenadore(a)s de curso do IFCE.

A referida nota distribui as ações do(a)s coordenadore(a)s em três grupos:

1. Funções acadêmicas: compreendidas como as atividades de cunho pedagógico.
2. Funções gerenciais: compreendidas como as funções de caráter administrativo.
3. Funções institucionais: compreendidas como as ações de caráter político.

Desta forma, as atividades do Coordenador de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas, sendo responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e o acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso, aqui denominado Relatório técnico conclusivo.

20.3 Corpo técnico administrativo

O quadro 3, a seguir descreve o pessoal técnico-administrativo de apoio ao ensino presente no *campus* Paracuru.

Quadro - Pessoal técnico-administrativo relacionado ao IFCE *campus* Paracuru.

Nome	Cargo	Titulação Máxima	Atividade Desenvolvida
Alex Costa da Silva	Assistente de aluno	Graduação	identificar as necessidades do educando, encaminhando-os aos setores competentes e auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Edileusa Santiago do Nascimento	Psicóloga	Doutora em Psicologia	Participar da equipe multiprofissional de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, levando em conta o desenvolvimento global do discente, bem como avaliar, acompanhar e orientar, dentro do contexto institucional, casos que requeiram encaminhamentos clínicos.
Fabiani Pereira Weiss	Enfermeira	Doutorado	Atuar na prevenção, promoção, tratamento e vigilância à saúde de forma individual e coletiva, colaborando com o processo de ensino.

Thalles Souza de Farias	Técnico de Tecnologia da Informação	Graduação	Manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de informática que dão apoio ao Curso.
Juliane Vargas	Pedagoga	Mestrado	Assessorar os docentes no que diz respeito às políticas educacionais da instituição e realizar acompanhamento didático pedagógico do processo de ensino aprendizagem.
Marcyrius Joanes Gomes de Oliveira	Auxiliar de Biblioteca	Ensino médio	Assessorar as atividades pertinentes à biblioteca, bem como nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Marcus Vinicius de Holanda Goes	Técnico Administrativo	Especialização	Prover a organização e o apoio administrativo da secretaria do Curso.
Rafaela Sampaio de Oliveira	Assistente Social	Mestrado	Realizar atendimento social, escuta qualificada, estudo social, análise socioeconômica, encaminhamento para outros serviços, seleção de estudantes para concessão de auxílios e divulgar informações e orientações sociais.
Selma Romana Costa de Albuquerque	Técnica em Assuntos Educacionais	Mestrado	Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando-as, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Zelia Maria Souto Fernandes	Bibliotecária	Graduação	Gerenciar a biblioteca e assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

20.4 Colegiado

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica deverá contar com um Colegiado próprio, composto conforme normativa da instituição ofertante, com as funções de ajustar o projeto pedagógico do curso à realidade local e de planejar, acompanhar e avaliar a sua implementação, colaborando para a integração dos diferentes sujeitos envolvidos, sempre observando as normas internas e a legislação em vigor.

21 EMISSÃO DO DIPLOMA

Este curso é composto por três módulos didáticos, com suas respectivas certificações, isto é, ao o aluno que concluir todos os componentes curriculares, será conferido o certificado de Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.

22 PLANOS DE UNIDADE DIDÁTICA

Os planos de unidade didática estão em anexo.

22 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância.** 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB, de 20 de setembro de 2012.** Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016.** Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22061253/do1-2016-10-24-portaria-n-183-de-21-de-outubro-de-2016-22061195-22061195. Acesso em: 02 fev. 2024

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%209.235-2017?OpenDocument. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017**. Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018**. Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103631-rces004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019**. Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1027>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021**. Altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2021-pdf/197911-rces004-21/file>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica**: diretrizes gerais. Brasília: Setec/MEC, 2024.

CAPAZ, Josieli Parteli; GERKE, Janinha; MUSCARDI, Dalana Campos. **Plano de Estudo**: mediação da pedagogia da alternância para o ensino e aprendizagem de bioquímica em uma escola urbana. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/plano-de-estudo-mediacao-da-pedagogia-da-alternancia-para-o-ensino-e-aprendizagem-de-bioquimica-em-uma-escola-urbana>. Acesso em: 09 jan. 2024.

ClAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS,

Marise (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, 2017, p. 27-49. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/issue/view/35>. Acesso em: 02 fev. 2024.

23 ANEXOS

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica			
Código:			
Carga Horária Total: 40h	Carga Horária teórica:	8h	CH Prática: 32
Número de Créditos:	2	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Educação a Distância. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.			
OBJETIVOS			
Objetivo: Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura digital. Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.			
PROGRAMA			
Conceito de EaD Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Ambientes virtuais de aprendizagem: Moodle Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica.]Inclusão digital na Educação Profissional e Tecnológica.			

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE e prática laboratorial
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;.
- Escrita de artigos científicos.
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas..

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pos-Graduação Lato Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB N°. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia básica:

BIANCHESSI, Cleber (org.). **Cultura Digital**: novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2024.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 80-97, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. *In*: **Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e**

Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância, 2022, São Carlos. Anais do CIET:CIESUD:2022, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria histórico-cultural. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912>. Acesso em: 03 mar. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância*. Anais do CIET:CIESUD:2022, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Bibliografia complementar

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos.; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642>. Acesso em: 03 mar. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos.; MARQUES, Ivoneide Bezerra de Araújo Santos. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p. 202-220, 2023. Disponível em: [https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514](#)

<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24-38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6353>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
-----------------------------	---

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I			
Código:			
Carga Horária Total: 20h	Carga Horária teórica:	10h	CH Prática: 10/h
Número de Créditos:	1	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica <i>versus</i> pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências			
OBJETIVOS			

Trazer, em caráter introdutório, discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

PROGRAMA

Legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira

Conquistas, reveses e resistências.

Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes.

Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica:

Pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE e prática laboratorial
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;
- Escrita de artigos científicos.
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O

estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia básica

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: Diálogos Possíveis. **Educação, Sociedade & Cultura**, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35-51, 2009. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 47, p. 38-45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2024.

GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. *In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, p.2-12, jan.-mar. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v. 25, n. 2, p. 18-29, maio-ago. 1999. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. **Revista**

Trabalho Necessário, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l.], v. 2, p. 4-30, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, n. 39, e37056, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [Internet], v. 1, n. 1, p. 93–114, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Bibliografia complementar

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Revista Holos**, [s.l.], v. 8, p. 219-232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico do Senac**, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 516-533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Holos**, [s. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. 2013. In: **EMdiálogoamazonia**: Ensino Médio em foco. Disponível em: <http://emdiálogoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 21 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência e coletiva**, v. 25, n.1, dez. 2019-jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
-----------------------------	---

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II			
Código:			
Carga Horária Total: 20h	Carga Horária teórica:	10h	CH Prática: 10/h
Número de Créditos:	1	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.			
OBJETIVOS			
Propiciar, em continuidade à introdução da Unidade Temática I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.			

PROGRAMA

O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multimediais como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE e prática laboratorial
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;
- Escrita de artigos científicos.
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pos-Graduação Latu Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB N°. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia básica

ClAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan.-abr. 2014 Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politécnica, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Revista Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, p. 234-251, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Revista Cadernos de Pesquisa em Educação**, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 20 jan.

2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>.

Acesso em: 03 jan. 2024.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n.40, p. 223–237, jul./dez. 2015. Disponível em:

<https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, mai.-ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 4, n. 2, p. 86 - 113, 2014. Disponível em:

<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n.18, 2020, p. 1-26. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>. Acesso

em: 8 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, 2012. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. *In*: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341-347, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. *In*: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência**. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNHX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. *In*: BOTO, Carlota. **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection. Novas Investigações series, v. 9. pp. 141-170, 2019. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Coordenador de Curso

Coordenadoria Técnico-Pedagógica

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Metodologia do trabalho científico 1			
Código:			
Carga Horária Total: 20h	Carga Horária teórica:	10h	CH Prática: 10/h
Número de Créditos:	1	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
A pesquisa e o conhecimento. O processo do conhecimento científico. O plano de formação e o memorial. Normas para a elaboração e apresentação do Relatório técnico de pesquisa. Ética na pesquisa			
OBJETIVOS			
Incentivar e orientar na adoção de um comportamento científico na busca do conhecimento, que possibilite ao acadêmico planejar, desenvolver o trabalho de conclusão de curso.			
PROGRAMA			
<ul style="list-style-type: none">• A Pesquisa e o Conhecimento• A Ética Na Pesquisa• Estrutura De Trabalhos Científicos• Redação científica. Memorial e Plano de formação			
METODOLOGIA DE ENSINO			
O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.			
<ul style="list-style-type: none">● Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;● Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;● Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;● Acompanhamento individual do aluno através do AVE e prática laboratorial● Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.● Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;.● Escrita de artigos científicos.			

- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pos-Graduação Lato Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia BÁSICA

ARAGÃO, José Wellington Marinho de Aragão, MENDES, Maria Adelina Hayne Mendes Neta. **Metodologia Científica**. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174996/2/eBook_Metodologia_Cientifica-Especializacao_em_Producao_de_Midias_para_Educacao_Online_UFBA.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2024.

DOURADO, Leidiane Santos. O memorial de formação: notas sobre estilo de um gênero discursivo. **Anais do SILEL**, v. 3, n. 1. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_1304.pdf Acesso em 10 de agosto de 2024.

IFCE. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. 2020. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/normalizacao-de-trabalhos-academicos>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

SANTOS, Amanda Oliveira dos; MACHADO, Gilberto Andrade. Reconhecendo caminhos: memorial como processo investigativo na formação docente. In: **XV CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ**, 15., 24-27. set. 2016, Fortaleza (CE). Anais... Fortaleza (CE): UFC, 2016 .p.75-85.Tema: Histórias de Corpo - Religião – Educação.. Disponível em www.chec.com.br. Acesso em 10 de agosto de 2024.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito & Justiça**, v. 39, n. 1, 2013. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fadir/article/view/13676>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

Bibliografia complementar

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, São Paulo, 2012.

DA SILVA, Fabrício Oliveira; DE MATTOS, Rita de Cassia Menezes. ESCRITAS E REFLEXÕES DE SI: memorial como dispositivo autoformativo. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5400>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciência & saúde coletiva**, v. 13, p. 417-426, 2008. Disponível: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2008.v13n2/417-426/pt>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

Coordenador de Curso

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Metodologia do trabalho científico II			
Código:			
Carga Horária Total: 20h	Carga Horária teórica: 10h	CH Prática: 10/h	
Número de Créditos:	1	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional e tecnológica. Desenvolvimento de plano de formação e projeto de intervenção na prática docente. Escrita do memorial			
OBJETIVOS			
Compreender os aspectos da pesquisa Educacional enfocando aspectos referente ao trabalho de conclusão de curso.			
PROGRAMA			
Conceito de Memorial e Plano de Formação Construção do plano de formação e memorial formativo Normalização do trabalho científico de acordo com a ABNT; Estrutura do relatório técnico.			
METODOLOGIA DE ENSINO			
<p>O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.</p> <p>Escrita de artigos científicos.</p> <p>A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.</p>			

AValiação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96 por meio de um projeto de intervenção que deverá ser feito dentro de uma das áreas previstas na matriz curricular.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia

DOURADO, Leidiane Santos. O memorial de formação: notas sobre estilo de um gênero discursivo. **Anais do SILEL**, v. 3, n. 1. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_1304.pdf Acesso em 10 de agosto de 2024.

IFCE. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. 2020. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/normalizacao-de-trabalhos-academicos>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

SANTOS, Amanda Oliveira dos; MACHADO, Gilberto Andrade. Reconhecendo caminhos: memorial como processo investigativo na formação docente. In: **XV CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ**, 15., 24-27. set. 2016, Fortaleza (CE). Anais... Fortaleza (CE): UFC, 2016 .p.75-85.Tema: Histórias de Corpo - Religião – Educação.. Disponível em www.chec.com.br. Acesso em 10 de agosto de 2024.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito & Justiça**, v. 39, n. 1, 2013. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fadir/article/view/13676>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

Bibliografia complementar

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, São Paulo, 2012.

DA SILVA, Fabrício Oliveira; DE MATTOS, Rita de Cassia Menezes. **ESCRITAS E REFLEXÕES DE SI: memorial como dispositivo autoformativo**. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-22, 2021. Disponível em:

<https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5400>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciência & saúde coletiva**, v. 13, p. 417-426, 2008. Disponível: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2008.v13n2/417-426/pt>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
-----------------------------	---

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: A docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras			
Código:			
Carga Horária Total: 20h	Carga Horária teórica:	10h	CH Prática: 10/h
Número de Créditos:	1	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
A construção histórico-cultural do trabalho docente na EPT. As especificidades da docência na EPT. A realidade educacional enfrentada pelos docentes da EPT. Configurações do trabalho docente na EPT. A multideterminação das vulnerabilidades da docência na EPT e suas implicações sociais e educacionais. A relação entre identidade profissional, reconhecimento social e ética profissional na docência em EPT. Os saberes da docência e a formação do docente da EPT. Narrativas da experiência em docência na EPT e suas inspirações para mudanças nas situações e rotinas dos profissionais professores dessa modalidade educacional.			
OBJETIVOS			
Aprofundar, em uma perspectiva histórica e interdisciplinar, a temática do trabalho, da formação e da profissionalização docente na EPT.			
PROGRAMA			

A construção histórico-cultural do trabalho docente na EPT. As especificidades da docência na EPT. A realidade educacional enfrentada pelos docentes da EPT. Configurações do trabalho docente na EPT. A multideterminação das vulnerabilidades da docência na EPT e suas implicações sociais e educacionais. A relação entre identidade profissional, reconhecimento social e ética profissional na docência em EPT. Os saberes da docência e a formação do docente da EPT. Narrativas da experiência em docência na EPT e suas inspirações para mudanças nas situações e rotinas dos profissionais professores dessa modalidade educacional.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE e prática laboratorial
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;.
- Escrita de artigos científicos.
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do NUTEAD do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pos-Graduação Lato Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB N°. 9394/96 por meio de um projeto de intervenção que deverá ser feito dentro de uma das áreas previstas na matriz curricular.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia

Bibliografia básica:

ARROYO, Miguel Gonzalez. Produção de saber em situação de trabalho: o trabalho docente. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 51–61, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8973>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro. Desvelando os saberes da docência na Educação Profissional. **Boletim Técnico do Senac**, v. 40, n. 3, p. 38-57, 19 dez. 2014. Disponível em:

<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/78>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LORENZET, Deloize; ANDREOLLA, Felipe. Formação de educadores para a educação profissional: a articulação ensino-pesquisa-extensão. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 18, p. e6136, 2020. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6136>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 8–22, 2015. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O desafio da formação de professores para a EPT e PROEJA. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 32, p. 689-704, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/DDvbwkydBpTjC4TwYf4gRB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 23–38, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação de Professores para a Educação Profissional: concepções, contexto e categorias. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 47–64, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9680>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ORSO, Paulino José. O desafio da formação do educador na perspectiva do marxismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 58-73, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639895/7458>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. *In*: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1212495/mod_resource/content/1/Texto%203%20Saviani_Os%20saberes%20implicados%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20educador.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

URBANETZ, Sandra Terezinha. Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 863-883, set./dez. 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v12n37/v12n37a13.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Formação de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, mai./ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8586>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARNEIRO, Isabel Magda Said Pierre; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LOPES, Fátima Maria Nobre. Perspectivas para a formação didático pedagógica de bacharéis e tecnólogos. **Cadernos GPOSSHE On-line**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235714552.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAIS, João Kaio Cavalcante de; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. O

professor licenciado na educação profissional: quais são os saberes docentes que alicerçam seu trabalho? **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 7, p. 66–74, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3499>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PASQUALLI, Roberta; VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Desafio da docência na Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e73172, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/JBS8tmBKd8gZhKNg8p6w68q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 79–94, 2016. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/142>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Caetana Juracy Rezende; CARVALHO, Olgamir Francisco de. Aspectos epistemológicos e pedagógicos da educação profissional e tecnológica: implicações para a prática docente. **Linhas Críticas**, v. 22, n. 49, set-dez. 2016, p. 598-618. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193551294006.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Fernanda Rebeca Araújo da; CAMPOS, Alessandra Tomé Campos; SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de; LEAL, Davi Avelino; AZEVEDO, Rosa Oliveira Martins. Os saberes docentes para a formação de professores da educação profissional e tecnológica. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/23>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVEIRA, Renê Trentin. A Relação Professor-aluno de uma Perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 97–114, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvwP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUSA, Laura Maria Andrade de; MOURA, Maria da Glória Carvalho. A especificidade da docência na educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 16, p. e7506, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7506>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; RODRIGUES, Iaponira da Silva. Formação de professores para educação profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas,

SP, v. 17, n. 2, p. 621–638, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644682>.
 Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. Formação de professores da educação profissional: análise de produções acadêmicas. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 243–258, 2018. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3160>. Acesso em:
 20 jan. 2024

Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
-----------------------------	---

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Práticas Educativas Integradoras na EPT: teorias e didáticas			
Código:			
Carga Horária Total: 40h	Carga Horária teórica: 10h	CH Prática: 30/h	
Número de Créditos:	2	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
Ensino integrado como forma e conteúdo. A práxis como referência pedagógica do ensino integrado. A Integração como princípio de articulação entre teoria e prática, entre escolarização e profissionalização, entre saberes sociais e saberes científicos, entre diferentes disciplinas e áreas de saberes. Arranjos curriculares e ensino integrado. Estratégias de ensinar e de aprender que podem favorecer a formação integrada. A avaliação educacional sob a perspectiva de integração. Experiências inspiradoras de ensino integrado no Brasil contemporâneo			
OBJETIVOS			
Discutir questões conceituais e de implementação da proposta de ensino integrado a partir de experiências práticas e de contribuições de pesquisadores que focalizam essa temática na EPT			
PROGRAMA			

Ensino integrado como forma e conteúdo. A práxis como referência pedagógica do ensino integrado. A Integração como princípio de articulação entre teoria e prática, entre escolarização e profissionalização, entre saberes sociais e saberes científicos, entre diferentes disciplinas e áreas de saberes. Arranjos curriculares e ensino integrado. Estratégias de ensinar e de aprender que podem favorecer a formação integrada. A avaliação educacional sob a perspectiva de integração. Experiências inspiradoras de ensino integrado no Brasil contemporâneo

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE e prática laboratorial
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;.
- Escrita de artigos científicos.
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pos-Graduação Lato Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB N°. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRAGA, Ialê Falleiros; LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. Uma experiência pedagógica no ensino médio integrado: pesquisando os agentes comunitários de saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1715>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; NASCIMENTO, José Mateus do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 63–76, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Saberes tecnológicos, teoria da atividade e processos pedagógicos. **Trabalho & Educação**, v. 22, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8933/6423>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Currículo Integrado. *In*: PEREIRA, Isabel; LIMA,

Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/curint.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico-emancipadora. **Revista Ciências Humanas**, v. 18, n. 2, p. 121-135, set./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2468>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; COSTA, Ana Maria Raiol da. Lições da experimentação do ensino médio integrado como projeto de emancipação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 115–130, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9610>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Filosofia da Práxis e Ensino Integrado: para além da questão curricular. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11–22, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8672php/trabedu/article/view/8672>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CASTRO, Angeline Santos; DUARTE NETO, José Henrique. Ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica: a relação entre o currículo integrado e a prática pedagógica docente. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 20, p. e11088, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11088>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, Breno Augusto da; MARTINS, Adriano Eurípedes Medeiros. Lógica dialética e educação: um estudo introdutório a partir do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. **Educ Pesqui** [Internet]. 2019; 45:e188483. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945188483>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GONÇALVES, Lúcia Xavier; MOURA, Dante Henrique; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. Currículo integrado na Educação Profissional. **Revista Faculdade Famen - Reffen**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 130–141, 2023. Disponível em: <https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/view/85>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira; SILVA, Rose Márcia da; SOUZA, Maria de Lourdes Jorge de. Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cad CEDES** [Internet]. 36(99), p. 207–21, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/QpfvxFsPJgZ93xKngG9MPHv/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAIS, Jaciária de Medeiros; SOUZA, Ana Paula; COSTA, Temilson. A relação teoria e prática: investigando as compreensões de professores que atuam na educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. /], v. 1, n. 12, p. 111–124, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5720>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PARASKEVA, João Menelau; GARDIN, Luís Armando; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A imperiosa necessidade de uma teoria e prática pedagógica radical crítica: Diálogo com Jurjo Torres Santomé. **Currículo sem Fronteiras**, v. 4, n. 2, p. 5-32, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://jurjotorres.com/?p=4138>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PASQUALLI, Roberta.; SILVA, Vosnei da; SILVA, Adriano Larentes da. Limites e potencialidades de materialização do currículo integrado: uma análise dos planos de ensino e diários de classe. **Revista Contexto & Educação**, [s./], v. 34, n. 109, p. 104-120, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7631>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAULA, Joaracy Lima de Paula; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. Educação ambiental na educação profissional: caminhando em direção à formação humana integral. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [s. /], v. 2, n. 5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/844>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Luzinete Moreira da; MELO, Ticiane Gonçalves Sousa de Melo; NASCIMENTO, José Mateus do. Ensino Médio integrado e práticas pedagógicas integradoras: caminhos para a formação humana integral. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica**, v. 1, n. 8, out. 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3560>. . Acesso em 20 jan. 2024.

Coordenador de Curso

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Práticas educativas inclusivas na EPT: teorias e didáticas			
Código:			
Carga Horária Total: 40h	Carga Horária teórica:	10h	CH Prática: 30/h
Número de Créditos:	2	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
<p>A educação inclusiva como estratégia de garantia do direito à educação. Diversidade como dimensão constitutiva da condição humana, alteridade e direitos humanos. Educação inclusiva: os enfoques da inclusão e da integração. Desigualdades e diferenças na Educação Profissional e Tecnológica: classe, gênero, raça, etnia, geração, pessoas com deficiência, indígenas, comunidades tradicionais, migrantes. A Educação Profissional e Tecnológica como espaço de interação social, de natureza multi e intercultural. A construção da Educação Profissional e Tecnológica com base na(s) diversidade(s) de pessoas, modos de vida e culturas. A legislação brasileira referente à inclusão escolar. Experiências inspiradoras de combate aos preconceitos e de afirmação dos direitos na Educação Profissional e Tecnológica.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Estimular debates sobre como as diversidades se apresentam no mundo do trabalho, nas relações sociais e na Educação Profissional e Tecnológica considerando as possibilidades de superação das práticas excludentes, discriminatórias e racistas.</p>			
PROGRAMA			
<p>A educação inclusiva como estratégia de garantia do direito à educação. Diversidade como dimensão constitutiva da condição humana, alteridade e direitos humanos. Educação inclusiva: os enfoques da inclusão e da integração. Desigualdades e diferenças na Educação Profissional e Tecnológica: classe, gênero, raça, etnia, geração, pessoas com deficiência, indígenas, comunidades tradicionais, migrantes. A Educação Profissional e Tecnológica como espaço de interação social, de natureza multi e intercultural. A construção da Educação Profissional e Tecnológica com base na(s) diversidade(s) de pessoas, modos de vida e culturas. A legislação brasileira referente à inclusão escolar. Experiências inspiradoras de combate aos preconceitos e de afirmação dos direitos na Educação Profissional e Tecnológica.</p>			

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE e prática laboratorial
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;
- Escrita de artigos científicos.
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do NUTEAD do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor

mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia básica

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 107–122, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13051>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 81–93, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9092>. Acesso em: 19 jan. 2024.

AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão. Incluir é sinônimo de dignidade humana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 46–53, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2868>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GONÇALVES, Suênia Cavalcante Pereira; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Um estado do conhecimento sobre a inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional a partir do NAPNE/IFRN. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 23, p. e15579, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15579>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, v.12, n.1, p. 7–21, 2020. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/20.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LOPES, Sabrina Fernandes Pereira; QUIRINO, Raquel. Relações de Gênero e Sexismo na Educação Profissional e Tecnológica. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 10, n. 36, p. 58-71, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/cgt/article/viewFile/7676/4796>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAIXÃO, Márcia Valéria; MOREIRA, Ruth Mari; FRANDJI, Welington dos Santos. A educação profissional e tecnológica como um dos alicerces para a

garantia dos direitos humanos: um resgate histórico nessa relação. **Revista SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte/MG, v. 5, n. 2, p. 60-79, jul./dez. 2022. Disponível em:

<https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/7113/4401>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Degmar dos; HERINGER, Nídia; WIESE, Iria Raquel Borges; SILVA, Mario Rodrigues da. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica indo além do tecnicismo: um estudo de questões de gênero e relações étnico-raciais nos PDIS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As** (ABPN), v.7, n.17, p. 102–121, 2015. Disponível em:

<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/74>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Elza Ferreira; SANTOS, Ieda Fraga; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 30, n. 63, 2020. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-81062020000100094&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIANA, Priscila Ribeiro; MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rocha. Estratégias anticapacitistas na educação profissional: concepções que estruturam a escola e a sociedade. **Revista Ciências Humanas**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/993>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; SILVA, Luciane Teixeira da. A formação por alternância: uma proposta em movimento e em disputa. **Educação e Sociedade**, v. 44, p. e267799, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/ES.267799>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena.

Documento Base. 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_indigena.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cad. Pesqui.** [online], v. 34, n. 122, pp.411-423, 2004.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/CfWXW5h9BRT5twmQQhJpRnM/?lang=pt#>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

GROPPO, Luís Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p. 383–402, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20n1p383-402>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

HONORATO, Tony. Infância, escola e desigualdade social no Brasil. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 10, n. 15, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/13503>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ilzimar Gloria Ferreira; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Espaços alternativos de educação para o trabalho, formação e prática dos educadores em contextos de vulnerabilidade social. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 2, n. 24, p. 228-251, jul./dez. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59581/1/2020_art_igoliveiraamfteixeira.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Iraneide Nascimento dos; SILVA NETA, Maria de Lourdes da; SANTOS, Carolina da Franca Bandeira Ferreira. Relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica: uma revisão integrativa. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4651>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Simone Valdete dos; MÜLLING, Juliana da Cruz. A presença de estudantes indígenas na educação profissional e tecnológica. **Revista Educação** (PUCRS), v. 42, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.3.33245>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de; NICOLAU, Paulo Roberto Arce. A educação profissional e tecnológica indígena: travessia para a politecnia universal. **Revista Labor**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. 244–259, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44563>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Coordenador de Curso

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: EJA-EPT: teorias e didáticas			
Código:			
Carga Horária Total: 20h	Carga Horária teórica:	10h	CH Prática: 10/h
Número de Créditos:	1	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
<p>O direito à educação na legislação brasileira com ênfase na Educação de Jovens e Adultos. A diversidade dos sujeitos que participam da Educação de Jovens e Adultos em diferentes contextos sociais e culturais. Processos cognitivos e culturais da aprendizagem dos jovens e adultos. Diferentes possibilidades de materialização dos currículos integrados nos ensinamentos fundamental e médio da EJA articulada com a EPT. A experiência do Proeja. Procedimentos metodológicos específicos para se trabalhar a aprendizagem em EJA articulada com a EPT. Propostas de avaliação da aprendizagem que contemplem as especificidades dos sujeitos da EJA. Experiências inspiradoras de docência na EJA-EPT</p>			
OBJETIVOS			
<p>Propiciar subsídios para a compreensão dos marcos históricos, políticos e legais da Educação Profissional e Tecnológica articulada com a Educação de Jovens e Adultos e dos referenciais pedagógicos emancipatórios para a atuação docente nesse campo</p>			
PROGRAMA			
<p>O direito à educação na legislação brasileira com ênfase na Educação de Jovens e Adultos. A diversidade dos sujeitos que participam da Educação de Jovens e Adultos em diferentes contextos sociais e culturais. Processos cognitivos e culturais da aprendizagem dos jovens e adultos. Diferentes possibilidades de materialização dos currículos integrados nos ensinamentos fundamental e médio da EJA articulada com a EPT. A experiência do Proeja. Procedimentos metodológicos específicos para se trabalhar a aprendizagem em EJA articulada com a EPT. Propostas de avaliação da aprendizagem que contemplem as especificidades dos sujeitos da EJA. Experiências inspiradoras de docência na EJA-EPT</p>			

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE e prática laboratorial
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;.
- Escrita de artigos científicos.
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB N°. 9394/96 por meio de um projeto de intervenção que deverá ser feito dentro de uma das áreas previstas na matriz curricular.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia básica

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Andragogia: avanço pedagógico ou “pedagogia de resultados” na educação profissional de alunos adultos/trabalhadores?. **Educação em Revista**, v. 18, n. 36, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/44949>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 103–114, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8978>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007. Disponível em: <https://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; NASCIMENTO, José Mateus do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 63–76, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 114–129, 2012. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914>. Acesso em: 18 jan. 2024.

OLIVEIRA, Betty Oliveira; DUARTE, Newton. Alguns obstáculos crônicos da educação de jovens e adultos. **Em Aberto**, v. 5, n. 30, p. 1986. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1957>. Acesso em: 19 jan. 2024.

PAIVA, Jane. Histórico da EJA no Brasil: discontinuidades e políticas públicas insuficientes. **PROEJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Boletim 16, 2006. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Gercivania Gomes da; OLIVEIRA, Francisco Kelsen de. Material didático utilizado na Educação Profissional de Jovens e Adultos: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Semiárido De Visu**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 335–343, 2021. Disponível em: <https://semiariodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/308>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; SILVA, José Moisés Nunes da; BARACHO, Maria das Graças. Práticas pedagógicas de integração no PROEJA-IFRN: o que pensam professores e estudantes. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 451–468, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/16717>. Acesso em: 19 jan. 2024.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; SPESSATTO, Marizete Bortolanza; ALMEIDA, Pamela de. Com o coração na mão! A avaliação e autoavaliação na educação de jovens e adultos. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 6–27, 2015. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616312015006>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio**. Documento Base. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Formação inicial e continuada/ensino fundamental**. Documento Base. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; EGGERT, Edla. Escola e mundo do trabalho: (des)encontro de saberes na experiência escolar de estudantes de EJA integrada à educação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 197–208, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9231>. Acesso em: 19 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. O Proeja e a reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017). **HOLOS**, [s. l.], v. 3, p. 289–302, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7024>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Luciano; FERREIRA, Maria José de Resende. A questão étnico-

racial e a Educação de Jovens e Adultos. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v.2, n.1, p.77-86, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/dect.v2i01.27>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
-----------------------------	---

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias e didáticas			
Código:			
Carga Horária Total: 20h	Carga Horária teórica:	10h	CH Prática: 10/h
Número de Créditos:	1	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
<p>Evasão e abandono escolares na EPT brasileira: fatores e possíveis consequências. A permanência como objeto de estudo. Como se caracterizam o sucesso e o fracasso escolares na EPT de acordo com as perspectivas de docentes. Desprestígios de saberes e das culturas dos educandos e inadequação de currículos e de métodos como fatores desfavoráveis às práticas educativas na EPT. O adoecimento e o sofrimento estudantil. Processos pedagógicos potencializadores da permanência e do êxito de discentes na Educação Profissional e Tecnológica. O acolhimento e a integração como fatores de permanência. As políticas e os programas de permanência na EPT. Ações institucionais e de docentes que podem inspirar e subsidiar iniciativas de permanência e de êxito acadêmico na EPT.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Discutir os fatores da evasão e do abandono discentes na EPT brasileira, dentre eles os de ordem pedagógica, e como os professores dessa modalidade educacional podem contribuir para fazer face a tais problemas considerando as perspectivas das estratégias de permanência e de êxito para a emancipação dos alunos.</p>			
PROGRAMA			

Evasão e abandono escolares na EPT brasileira: fatores e possíveis consequências. A permanência como objeto de estudo. Como se caracterizam o sucesso e o fracasso escolares na EPT de acordo com as perspectivas de docentes. Desprestígios de saberes e das culturas dos educandos e inadequação de currículos e de métodos como fatores desfavoráveis às práticas educativas na EPT. O adoecimento e o sofrimento estudantil. Processos pedagógicos potencializadores da permanência e do êxito de discentes na Educação Profissional e Tecnológica. O acolhimento e a integração como fatores de permanência. As políticas e os programas de permanência na EPT. Ações institucionais e de docentes que podem inspirar e subsidiar iniciativas de permanência e de êxito acadêmico na EPT.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE e prática laboratorial
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;.
- Escrita de artigos científicos.
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do NUTEAD do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das

atividades avaliativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia básica

CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Cristiana Barcelos da. Da evasão/fracasso escolar como objeto sociomidiático à permanência escolar como objeto de pesquisa: o anúncio de uma construção coletiva. *In*: CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação: o anúncio de uma construção coletiva**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016, p. 43-78. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

CARMO, Gerson Tavares do; ARÊAS, Carlos Artur Carvalho; ARÊAS, Heise Cristine Aires. ENSAIO: luzes e sombras sobre o objeto permanência na educação. *In*: FREITAS, Marinaide; CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Jailson Costa da; MARINHO, Paulo; TORRES, Andressa Marques. **Raízes investigativas II: a gramática da permanência na educação**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/raizes-investigativas-ii-a-gramatica-da-permanencia-na-educacao/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, Zora Yonara Torres; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Serviço Social, Educação Profissional e Questão Racial: os desafios do acesso e permanência. **Temporalis**, v. 20, n. 40, p. 268–283, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n40p268-283>. Acesso em: 20 jan. 2012.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cad Pesqui** [Internet], v. 41, n. 144, p. 770–89, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Jéssica Petronilha da; FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante; CORD, Denise. Matizes do acolhimento no ensino superior: apontamentos sobre o estado da arte. **Psicologia, Educação e Cultura**. v.XXVI, n. 2, set. 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/42123>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Marcel Freire da; DIAS, Vagno Emygdio Machado. Educação integrada e adoecimento estudantil na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 22, p. e11670, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11670>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVEIRA, Renê Trentin. A relação professor-aluno de uma perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 97–114, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvwP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Bibliografia complementar

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; COSTA, Ana Maria Raiol da. O olhar do aluno-trabalhador sobre evasão e permanência na educação técnica. **Educação**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 127-137, jan.-abr. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v42n1/1981-2582-reveduc-42-01-0127.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação: o anúncio de uma construção coletiva**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/permanencia_livro_revisa_ojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

CAVALCANTE, Anne Victoria Castro de Moura; SILVA, Alessandro Carneiro da; MENEZES, Aline Beckmann de Castro. Ensino Remoto Emergencial: a perda do sentimento de pertencimento à universidade. **Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade**, v. 13, p. 107-123, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/re.v13i02.50893>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e Êxito de Mulheres na EJA-EPT: possibilidades de desafios do IFRS. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; MACHADO, Lucília Regina de Souza; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Portugal, Porto,

n. 64., 2023. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-cie/article/view/482>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRIAS, Cláudia Helena Martins; GOMES, Mariana Sá Alcantara. O acolhimento de alunos no curso de pedagogia: reflexões e estratégias para uma experiência dialógica e inclusiva. **RevistAleph**, Niterói, v. 3, n.º 39, p. 109-127, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/54670>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. Fatores de permanência escolar no IFRN: um olhar sobre cursos PROEJA. *In*: CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 133-152, 2016. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/permanencia_livro_revisa_ojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

PACHECO, Fabiane do Amaral; NONENMACHER, Sandra Elisabet Bazana; CAMBRAIA, Adão Caron. Adoecimento mental na educação profissional e tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnicos integrados. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. /], v. 1, n. 18, p. e9173, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9173>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento; PASSOS, Guiomar de Oliveira Passos. Avaliação da política de assistência estudantil na educação profissional de nível técnico: análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central. **Cadernos de Educação UFPEL**, n. 57, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/5337>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Francislene Rosas da; SILVA, Ronegildo de Souza; CALIXTO, Patrícia Mendes; AZEVEDO, José Marlo Araújo de. Acolhimento institucional e integração docente: articulação necessária ao início da docência na educação profissional no extremo oeste da Amazônia. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v.4 (Especial), p. 165-189, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4iEspecial.639>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Coordenador de Curso

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: A Pesquisa e a Extensão no Trabalho Pedagógico da EPT: teorias e didáticas			
Código:			
Carga Horária Total: 20h	Carga Horária teórica: 10h	CH Prática: 10/h	
Número de Créditos:	1	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
<p>A importância da pesquisa e da extensão no trabalho pedagógico da EPT para o enriquecimento do ensino e da aprendizagem, a integração de saberes e de experiências, o compartilhamento de saberes de diferentes origens e estatutos epistemológicos, a realização de inovações pedagógicas, científicas e de gestão, a ampliação da inserção social da EPT. A pesquisa como princípio pedagógico. A integração entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura como estratégia de superação da cisão entre teoria e prática. Históricas, particularidades e experiências inspiradoras na operacionalização da unicidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Discutir conceitos e formas de operacionalizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os motivos pelos quais ela deve ser implementada no trabalho pedagógico, dentre eles como estratégia para a formação contínua do docente da EPT e a ampliação do significado social dessa modalidade educacional.</p>			
PROGRAMA			
<p>A importância da pesquisa e da extensão no trabalho pedagógico da EPT para o enriquecimento do ensino e da aprendizagem, a integração de saberes e de experiências, o compartilhamento de saberes de diferentes origens e estatutos epistemológicos, a realização de inovações pedagógicas, científicas e de gestão, a ampliação da inserção social da EPT. A pesquisa como princípio pedagógico. A integração entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura como estratégia de superação da cisão entre teoria e prática. Históricas, particularidades e experiências inspiradoras na operacionalização da unicidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT.</p>			

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE e prática laboratorial
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;
- Escrita de artigos científicos.
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor

mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia básica

DAMIANI, Magda Floriana; ROCHEFORT, Renato Siqueira; CASTRO, Rafael Fonseca de; DARIZ, Marion Rodrigues; PINHEIRO, Silvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**, n. 45, p. 57-67, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3822>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERREIRA, Ilane Cavalcante; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. A experiência da pesquisa na formação docente: unindo teoria à prática. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 16–35, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5730>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da Capes: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VALER, Salete; BROGNOLI, Ângela; LIMA, Laura. A pesquisa como princípio pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a Constituição do ser social e profissional. **Forum linguistic**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 2785-2803, out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n4p2785/35788>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; PASQUALLI, Roberta; CASTAMAN, Ana Sara. Ensino com pesquisa na educação profissional e tecnológica: noções, perspectivas e desafios. **Rev. Tempos Espaços Educ.**, São Cristóvão, Sergipe, v. 12, n. 29, p. 279-298, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8640921>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, João Paulo de; COSTA, Conceição Leal da. O papel da extensão na formação de estudantes do IFRN (*Campus Mossoró*): reflexões em torno de educação para a cidadania a partir de um estudo de caso. *In*: SANTOS, Simone Costa Andrade; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; LEMOS, Elizama das

Chagas; FERREIRA, Maria da Conceição; COSTA, Monteiro Leal (Orgs).

Educação e Sociedade: formação profissional, educação a distância e tecnologias. São Luís, MA: IFMA, 2020, p. 225-262. Disponível em:

[4.Educacao-e-Sociedade.pdf](#). Acesso em: 02 fev. 2024.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Márcia Maria Pereira de; CONCEIÇÃO, Gabriel Luís da. Os espaços do conhecimento e a tríade ensino-pesquisa-extensão na educação profissional e tecnológica. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 7, p. 2-7044, 2022. Disponível em:

<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/982>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARBEX, Quéren dos Passos Freire; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. Práticas educativas e as tecnologias na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão no Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais. **Revista Anápolis Digital**, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em:

<https://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolis/?p=180>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. A EPT sob a metodologia da alternância: a experiência do IF Brasília - Campus Planaltina. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 1, n. 1, p. 71-87, 3 ago. 2016.

Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/2199>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, v. 7 n. 1, Ed. Esp. 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p. 187-202, jun. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131>. Acesso

em: 20 jan. 2024

Coordenador de Curso

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Projetos Político-Pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas			
Código:			
Carga Horária Total: 40h	Carga Horária teórica:	10h	CH Prática: 30/h
Número de Créditos:	1	Obrigatória	
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
A participação do docente da EPT nos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos político-pedagógicos e planos de ensino. A importância desses instrumentos e dessa participação para o alcance satisfatório dos objetivos e das finalidades da EPT. A análise do docente da EPT acerca de sua atuação no cotidiano da EPT na perspectiva da autocrítica ética e criativa. A avaliação institucional e escolar na EPT. Experiências inspiradoras sobre a participação de docentes da EPT na formulação, avaliação e reformulação de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino.			
OBJETIVOS			
Esclarecer, sensibilizar e capacitar os cursistas à participação ativa e crítica nos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino destinados ao desenvolvimento da EPT.			
PROGRAMA			
A participação do docente da EPT nos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos político-pedagógicos e planos de ensino. A importância desses instrumentos e dessa participação para o alcance satisfatório dos objetivos e das finalidades da EPT. A análise do docente da EPT acerca de sua atuação no cotidiano da EPT na perspectiva da autocrítica ética e criativa. A avaliação institucional e escolar na EPT. Experiências inspiradoras sobre a participação de docentes da EPT na formulação, avaliação e reformulação de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino.			

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE e prática laboratorial
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;
- Escrita de artigos científicos.
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados com a inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horária total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Paracuru, no qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor

mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto a Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deverá ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

Bibliografia básica

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Organização do trabalho pedagógico e ensino integrado. *In*: ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Práticas pedagógicas e ensino integrado** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 7, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Praticas-pedagogicas-e-ensino-integrado.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 17, n.49, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782012000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

DUARTE, Newton. A catarse na didática da pedagogia histórico-crítica. **Pro-Posições** [Internet], v. 30, p. e20170035, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0035>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERRETTI, Celso João. Problemas institucionais e pedagógicos na implantação da reforma curricular da Educação Profissional técnica de nível médio no IFSP. **Educação & Sociedade**, v.32, n. 116, p. 789-806, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a10v32n116.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação: para além da “forma escola”. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 20, n. 35, dez. 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062010000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, p. 249-266, 2018. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%Aancia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Societ%C3%A1rio_de_Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **Avaliação da aprendizagem profissional**

[recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 9, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Avaliacao-da-aprendizagem-profissional.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliográfica complementar

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; COSTA, Ana Maria; SANTOS, Manuela Tavares. Organização do trabalho pedagógico e ensino integrado. **Revista Trabalho Necessário**, v. 11, n. 17, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8453>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAMPOLIN, Luciane da Costa; RAIMUNDO, Gislene Miotto Catolino. A Avaliação da aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise das práticas avaliativas nos cursos técnicos subsequentes no IFSC - Campus Caçador. **Educação Profissional E Tecnológica Em Revista**, v. 6, n. 1, p. 113-134, 2022. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/721>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira; SILVA, Rose Márcia da; SOUZA, Maria de Lourdes Jorge de. Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cad CEDES** [Internet], v. 36, n.99, p. 207–21, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160336>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 79–94, 2016. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/142>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHONS, Manuir; SOUZA, Maria José Carvalho de. Utilização das estratégias de ensino-aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Revista Dynamis**, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 40-57, jan. 2018. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/view/6754>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Cad. CRH**, v. 29, n.77, p. 313-331, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VTKszS8VFPTzDbzJkpQCRMp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; ARAÚJO, Maria Cristina Pansera de; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Práticas formativas na educação profissional: a emergência de uma didática específica? **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 186-202, 2020. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10581>. Acesso em: 20 jan. 2024.

